

Revista **Socialismo e Liberdade** n°33 | 2021

Qual a frente necessária para derrotar Bolsonaro?

Talíria Petrone
“Não há roda que gire sem o trabalho da mulher”

O fim da Unasul impede um combate continental contra a pandemia

A república apodrecida

Bolsonaro trata as instituições como se fossem negócios de família, subordina o Brasil aos Estados Unidos, governa para os ricos, incentiva a corrupção, provoca caos sanitário, fome e desemprego e quer nos transformar em uma república das bananas. Só a reação popular muda a situação



Presidente
Francisvaldo Mendes de Souza

Diretor Técnico
Frederico de Oliveira Henriques

Diretor Administrativo-financeiro
Rodrigo da Silva Pereira

Conselho de Curadores
Presidente: Luiz Arnaldo Dias Campos;
Membros efetivos: Carolina de Paula Peters,
Honório Luiz de Oliveira Rego, Ewerson
Cláudio de Azevedo, José Carlos Miranda,
Rosa Maria Marques, Haroldo Freitas Pires
de Saboia; Membros suplentes do Conselho de
Curadores: Rodolfo Vianna Baldocchi, Breno
de Souza Rocha e José Luis Oca.

Membros do Conselho Fiscal
Presidente: Alexandre Varela; Membros
efetivos: Leandro Tavares Fontes Coutinho e
Miguel Tadeu Carvalho; Membros suplentes
do Conselho Fiscal: Luciana Gomes de Araújo,
Eliane da Silva.

Conselho Editorial
Áurea Carolina
Chico Alencar
Cid Benjamin
Denise Gentil
Edmilson Rodrigues
Gilmar Mauro
Glauber Braga
Guilherme Boulos
Haroldo Saboia
Ivan Valente
Jean Wyllys
José Paulo Neto
Luciana Araújo
Luciana Genro
Luiz Araújo
Luiza Erundina
Marcelo Freixo
Maria Rita Kehl
Michael Löwy
Milton Temer
Valerio Arcary

Revista
**Socialismo
e Liberdade**

A Revista **Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo. As ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Gilberto Maringoni**. Comitê Executivo: **Denise Simeão, Edson Carneiro Índio, Fernando Antônio Pinto da Silva, Luiz Arnaldo Dias Campos, Luíza Coppieters, Mário Azeredo, Odilon Guedes, Rodolfo Vianna, Rosa Maria Marques, Valerio Arcary**. Produtor editorial: **André Trindade**. Revisão: **Maritza Waleska Arruda**. Editoração Eletrônica: **Alternativa Mídia e Gestão**.

Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos Elíseos, São Paulo/SP - Brasil - CEP: 01202-002. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br fundacao@laurocampos.org.br - facebook.com/laurocampos
Tiragem: 10 mil exemplares.

S U M Á R I O

EDITORIAL _____	3
Francisvaldo Mendes de Souza	
A UNIDADE POSSÍVEL _____	4
Juliano Medeiros	
É TEMPO DE FORTALECER O PARTIDO _____	8
Berna Menezes	
TODAS AS TÁTICAS PARA DERROTAR BOLSONARO E UMA ESTRATÉGIA POR UM BRASIL DOS TRABALHADORES E DO POVO _____	12
Roberto Robaina	
DAS DIRETAS AO FORA BOLSONARO _____	16
Haroldo Saboia	
ENTREVISTA: PAULO BUSS O FIM DA UNASUL IMPEDE A FORMAÇÃO DE UMA FRENTE CONTINENTAL CONTRA A PANDEMIA _____	20
Gilberto Maringoni	
É POSSÍVEL QUE NUNCA ALCANCEMOS A “IMUNIDADE DE REBANHO” _____	24
Antônio Gonçalves Filho	
ENTREVISTA: TALÍRIA PETRONE “NÃO HÁ RODA QUE GIRE SEM O TRABALHO DA MULHER” _____	28
Gilberto Maringoni	
A ESTAGNAÇÃO E O FUTURO DA ECONOMIA CAPITALISTA NO BRASIL _____	36
Eleutério F. S. Prado	
BITCOIN E EL SALVADOR _____	42
Paulo Nakatani e Rosa Maria Marques	
O NOVO MUNDO DO TRABALHO PROMOVE A VELHA PRECARIZAÇÃO _____	44
Clemente Ganz Lúcio	
INFORMALIDADE E CRIMINALIZAÇÃO DO TRABALHADOR AMBULANTE _____	48
José Afrânio A. de Santana Filho	
PEDRO CASTILLO E OS IMPASSES DE UM GOVERNO DE ESQUERDA NO PERU _____	50
Gilberto Calil	
MEIO SÉCULO DE VEIAS ABERTAS _____	56
Milton Temer	
TODO DIA É DIA DE ÍNDIO _____	60
Luiz Arnaldo Campos	
SOBRE AIAS E BRUXAS: A LUTA DAS MULHERES NÃO VAI RETROCEDER _____	66
Luciana Genro	
QUADRINHOS: RICARDO COIMBRA, NAVALHA SOBRE PAPEL _____	72



E D I T O R I A L

ADE.

**Francisvaldo Mendes de Souza
Diretor-presidente da Fundação
Lauro Campos e Marielle Franco**



A unidade possível

A frente possível é uma frente das esquerdas. Ela é bastante diversa e reúne projetos distintos que vão de um tímido social-liberalismo a um programa de mudanças estruturais. Essa frente poderia redundar numa unidade eleitoral em 2022? Quem tiver a real dimensão da gravidade do momento que vivemos, lutará pela unidade até o último minuto



ROBERTO PARZOTTI / FOTOS PÚBLICAS

Juliano Medeiros

Durante meses as esquerdas se enredaram numa polêmica que, com o passar do tempo, mostrou-se sem sentido. De um lado, estavam os que defendiam uma “frente ampla”, leia-se, uma frente entre os todos os que estivessem dispostos a resistir aos ataques de Bolsonaro contra os direitos sociais, a democracia e a soberania nacional. Uma frente que reunisse as esquerdas e setores democráticos da centro-direita em oposição ao governo da extrema direita. De outro lado, estavam aqueles que defendiam uma frente das esquerdas, reunindo setores sociais e partidários dispostos a irem além da abstrata “defesa da democracia” e que denunciasses, ao mesmo tempo, a agenda antipopular de Guedes, Bolsonaro e do Centrão.

A polêmica não é totalmente desprovida de sentido, ao menos teoricamente. Ambas as opções táticas têm vantagens e desvantagens. Uma frente mais ampla, como podemos supor, agregaria mais forças sociais contra o governo, alcançando setores que não simpatizam com posições de esquerda. Por outro lado, considerando as diferenças no plano econômico, exigiria um nível de ação mais rebaixado, circunscrito à defesa das liberdades democráticas e do Estado de Direito.

Uma frente das esquerdas, por sua vez, seria politicamente mais coesa, com condições de opor-se à totalidade da agenda bolsonarista, incluindo o violento programa econômico. Por outro lado, ao restringir o diálogo aos setores progressistas da sociedade, uma frente dessa natureza teria muitas dificuldades em construir maioria social para barrar os ataques do governo.

A VELHA DIREITA E O GOVERNO

Em que medida, então, considero que a polêmica se revelou “sem sentido”? Ora, por uma razão simples: não houve qualquer adesão significativa de setores da centro-direita à luta contra o governo Bolsonaro. No Congresso Nacional os partidos da velha direita - PSDB, DEM, MDB, PP, etc. - têm sustentado a agenda de ataques de Bolsonaro aos direitos e à soberania. Apoiaram a privatização dos Correios e da Eletrobras; viabilizaram o criminoso projeto de autonomia do Banco Central, além da legalização da grilagem e a criação de uma nova modalidade de subemprego,

Não houve qualquer adesão significativa de setores da centro-direita à luta contra o governo Bolsonaro. Apoiaram a privatização dos Correios e da Eletrobras; viabilizaram o criminoso projeto de autonomia do Banco Central, além da legalização da grilagem e a criação de uma nova modalidade de subemprego, por meio da aprovação da MP 1045



A frente antibolsonarista se constrói em torno de alguns pontos fundamentais. O primeiro é a necessidade de interditar imediatamente o projeto de Bolsonaro. Para tanto, reconhece a necessidade de instalar o processo de *impeachment*. O segundo é derrotar os projetos que avançam com apoio da direita neoliberal, pejorativamente chamada de **Centrão**. Terceiro, a defesa das liberdades democráticas

WILTON JUNIOR / ESTADÃO CONTEÍDO



por meio da aprovação da MP 1045.

O leitor, com razão, poderá contestar: mas há contradições! Sem dúvida. A extrema direita bolsonarista e a velha direita neoliberal não têm exatamente o mesmo projeto. E as diferenças se manifestam vez ou outra, especialmente diante dos arroubos autoritários de Bolsonaro e dos militares que o apoiam. Mas na agenda econômica e social, bolsonaristas e neoliberais estão em perfeita sintonia. Basta notar que Novo (86%), PSDB (87%), DEM (91%) e PL (93%) estão entre os partidos que mais votam com Bolsonaro na Câmara dos Deputados.

A conclusão é simples: não há frente ampla porque não existe um “centro democrático” disposto a construí-la. Quando se trata de retirar direitos, enfraquecer a soberania nacional, precarizar as con-

dições de trabalho e privilegiar o capital financeiro, a unidade entre o bolsonarismo e a direita neoliberal é total. As poucas exceções - como os três parlamentares de direita que assinaram o “superpedido” de *impeachment* - só confirmam a regra.

O resultado é uma blindagem institucional que vai do “oposicionista” Rodrigo Maia ao “governista” Arthur Lira. Ambos, na presidência da Câmara dos Deputados, negaram-se a instalar o processo de *impeachment*, mesmo diante dos incontáveis crimes cometidos por Bolsonaro. Crimes que custaram a vida de milhares de brasileiras e brasileiros durante a pandemia da Covid-19.

Portanto, a frente antibolsonarista realmente existente é uma frente das esquerdas, isto é, uma frente dos partidos, movimentos, intelectuais, artistas, in-



fluenciadores digitais, jornalistas que se identificam como progressistas e articulam ao mesmo tempo a defesa das liberdades democráticas e dos direitos sociais.

O PROGRAMA DA UNIDADE

Essa frente tem unidade em torno de alguns pontos fundamentais. O primeiro é a necessidade de interditar imediatamente o projeto de Bolsonaro. Para tanto, reconhece a necessidade de instalar o processo de impeachment e tornar Bolsonaro inelegível, como prevê a lei. O segundo, é a necessidade de barrar a agenda bolsonarista. Ou seja, além de derrubar o governo, derrotar os projetos que avançam com apoio da direita neoliberal, pejorativamente chamada de Centrão. Terceiro, a defesa das liberdades democráticas.

Em que pese a diferença entre proje-

tos, em nenhum momento as esquerdas titubearam em denunciar as investidas golpistas de Bolsonaro ou de seus aliados militares. Quarto, a defesa das conquistas históricas da classe trabalhadora. Projetos como o da autonomia do Banco Central ou a privatização dos Correios contaram com a oposição da maioria dos partidos e movimentos de esquerda e centro-esquerda.

Por tudo isso, podemos concluir que a frente possível é uma frente das esquerdas. Ela é bastante diversa e reúne projetos distintos, que vão de um tímido social-liberalismo a um programa de mudanças estruturais. Essa frente poderia redundar numa unidade eleitoral em 2022? Se considerarmos a gravidade do momento histórico que vivemos e o nível de unidade em torno de elementos programáticos mínimos, arrisco dizer que sim. Mas con-

A extrema direita bolsonarista e a velha direita neoliberal não têm exatamente o mesmo projeto. E as diferenças se manifestam vez ou outra, especialmente diante dos arroubos autoritários de Bolsonaro e dos militares que o apoiam. Mas na agenda econômica e social, bolsonaristas e neoliberais estão em perfeita sintonia

siderando os diferentes projetos eleitorais em curso - legítimos, a priori - é pouco provável que isso ocorra. Ainda assim, quem tiver a real dimensão da gravidade do momento que vivemos, lutará pela unidade até o último minuto.



Juliano Medeiros é presidente nacional do PSOL e doutor em História pela UnB.



É tempo de **fortalecer o partido!**



CHRISTOFERDALLA LANA

No Brasil, é possível e imprescindível termos uma candidatura de esquerda radical. Essa candidatura deve apresentar um programa que diga ao povo que os bancos são nossos maiores inimigos, e não que vão ganhar muito com nosso governo. É necessário dizer que o latifúndio e o agronegócio não são heróis, mas os responsáveis pela fome e preços altos dos alimentos, por isso é preciso fazer a reforma agrária. É importante afirmar que qualquer projeto de país que deseje o mínimo de autonomia tem que partir de uma anulação das medidas encaminhadas pelos golpistas, como as privatizações de empresas estratégicas, teto de gastos, reformas da Previdência, Trabalhista, entre outras



*Este é tempo de partido,
tempo de homens partidos.
...Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei.
Meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra.*

Carlos Drummond de Andrade



Berna Menezes

O senso comum e com uma boa dose de razão diz: todos juntos contra Bolsonaro. É natural! Quando vemos desfilando pela grande imprensa e redes sociais as declarações de Bolsonaro, Guedes, Damares, os finados Salles e Weintraub, imaginamos que abriram as portas do inferno. Se olharmos em volta, mais de meio milhão de mortos pelo descaso e irresponsabilidade de Bolsonaro, metade da população em insegurança alimentar e o retorno da fome, milhões de desempregados e subempregados, famílias inteiras morando nas ruas, falência de pequenos agricultores, extermínio da

juventude negra nas periferias e dos povos indígenas, fim dos direitos trabalhistas, incêndios florestais ameaçando biomas e espécies, constatamos: é a barbárie! Mas como nossa guerreira Rosa Luxemburgo dizia: *Isso de entregar-se por inteiro às misérias de cada dia que passa é coisa inconcebível e intolerável para mim... precisamente um lutador é quem mais tem que esforçar-se para ver as coisas de cima, caso não queira encerrar a cada passo todas as mesquinhas e misérias..., sempre e quando, naturalmente, se trate de um lutador de verdade...*

ESPAÇO AMPLO

Por isso, defendemos a mais diversa

Defendemos a mais diversa unidade de ação, como um espaço o mais amplo possível, inclusive policlassista, contra Bolsonaro. Nessa frente social, cabe todo mundo: Globo, CNBB, Maia, Ciro, Requião, PSDB, FHC entre outros, como a frente construída contra a ditadura militar, no movimento pelas "Diretas Já!", que foi dirigida pelo PMDB. Já uma frente eleitoral é definida, além da correlação de forças, por um programa, que delimitará a composição da frente





unidade de ação, como um espaço mais amplo possível, inclusive policlassista, contra Bolsonaro. Portanto, nessa frente social, cabe todo mundo: Globo, CNBB, Maia, Ciro, Requião, PSDB, FHC. Como a frente construída contra a ditadura militar, no movimento pelas "Diretas Já!", que foi dirigida pelo PMDB. Naquele momento, isso não significou como consequência uma frente eleitoral do PT com o PMDB. Ao contrário, reafirmamos o PT, como partido de classe e seu programa, apoiado na mobilização cotidiana, que se expressou de forma contundente durante o processo constituinte e nas eleições de 1989.

Pode-se argumentar que a correlação de forças era outra, mas até isso é discutível. A ditadura caiu pela mobilização do povo, mas a transição foi conservadora, pactuada entre os setores da elite brasileira. Por isso, diferentemente da Argentina, a caserna ficou intacta e pode retornar ao poder como se nada tivesse acontecido.

A unidade de ação se dá em torno a um ou poucos pontos e cabem todos que tenham esse mesmo objetivo: abaixo a ditadura, Diretas já! Pela Legalidade! Reformas de base já!

Já uma frente eleitoral é definida, além da correlação de forças, por um programa, já que se pressupõe, em caso de vitória, que se governará junto e que, portanto, deve apresentar uma saída para o país em questão. Por sua vez, o programa delimitará a composição da frente. As frentes eleitorais são uma tática privilegiada para intervirmos em processos nos quais os revolucionários são ainda minoritários.

DOIS EXEMPLOS DE COMO ENFRENTAR A ULTRADIREITA

Recentemente, as eleições nos EUA e na Espanha puderam revelar a complexidade da aplicação desses conceitos.

Após a crise de 2008, ressurgiu em nível internacional o fenômeno da ultradireita, polarizando com saídas mais à esquerda e o fantasma do comunismo. O governo Trump foi a expressão. Contra esse governo de ultradireita, nas prévias do Partido Democrata, apresentou-se Bernie Sanders, com um programa que, para a correlação de forças gringas, tocava em pontos que iam contra a lógica do capital: sistema de saúde universal e gratuito com a eliminação dos planos privados, perdão das dívidas de financiamento

Após a crise de 2008, ressurgiu em nível internacional o fenômeno da ultradireita, polarizando com saídas mais à esquerda e o fantasma do comunismo. O governo Trump foi a expressão. Contra ele se apresentou Bernie Sanders, nas prévias do Partido Democrata, com um programa que tocava em pontos que iam contra a lógica do capital

Glauber Braga, deputado federal, PSOL-RJ



EQUIPE DE COMUNICAÇÃO GLAUBER

estudantil e sistema de ensino superior gratuito, salário mínimo de 15 dólares/hora. Essa candidatura mobilizou um exército de milhares de jovens e atuou junto a movimentos feministas e negros, além de imigrantes latinos e indígenas que percorreram o país mobilizando eleitores e debatendo programa.

O final, todos acompanhamos, a elite fechou posição em torno de Biden e Bernie Sanders retira a candidatura, exigindo pontos programáticos do futuro governo. Sem fazer nenhum juízo de valor sobre o processo, o concreto é que a apresentação da candidatura de Sanders, o debate programático que mobilizou uma vanguarda progressista no coração do capital, acumulou para a esquerda norte-americana. O movimento social sai fortalecido e a esquerda ressurgiu como força importante naquele país.

Olhemos agora o processo do Podemos na Espanha, partido considerado o irmão do PSOL naquele país. O Podemos foi parido nas gigantescas mobilizações da Praça Porta do Sol. Em um ano, tornou-se o segundo maior partido no país. Elegeu as prefeituras das duas principais cidades, a capital do Estado espanhol, Madri, e a capital da Catalunha, Barcelona.



Com o discurso de barrar a direita, colou-se a velha política representada pelo decadente PSOE, fazendo parte do governo nacional. Consequência, perdeu 50% dos votos do processo eleitoral anterior e este ano perdeu a prefeitura de Madri, fato que levou o principal dirigente, Pablo Iglesias, declarar que vai abandonar a política. Quem ressurgiu das cinzas? A extre-

ma direita, Fox. Além de fortalecer o PSOE como oposição, que vem engolindo ano a ano o eleitorado do Podemos.

SITUAÇÃO EM NOSSO CONTINENTE

Na América Latina, também temos exemplos de que há espaço para derrotar a ultradireita pela esquerda. Onde não se avançou no programa e ações, retrocedeu

ou perdeu. Foi assim no Equador. No México, Morena encolheu. Por outro lado, no Chile, onde as mobilizações não pararam, avançou. No Peru, ganhou um dirigente de greves de professores que ninguém acreditava.

No Brasil, é possível e imprescindível uma candidatura de esquerda radical que apresente um programa para o povo afirmando que os bancos são nossos maiores inimigos e não que vão ganhar muito com nosso governo. É necessário dizer que o latifúndio e o agronegócio não são heróis, são responsáveis pela fome e preços altos dos alimentos, e que é preciso fazer a reforma agrária. Esse programa deve afirmar, também, que qualquer projeto de país que deseje o mínimo de autonomia tem que partir de uma anulação das medidas encaminhadas pelos golpistas, como as privatizações de empresas estratégicas, teto de gastos, reformas da Previdência, trabalhista, entre outras. Para isso, como uma das primeiras medidas, o novo governo deve encaminhar um referendo revogatório, para que abra o debate na sociedade como um gigantesco processo pedagógico de política feita pelo povo.

Nesse sentido, está claro, Lula não quer isso. Não quer uma frente de esquerda. Lula, mais uma vez, quer governar com a direita. Por isso, é contra a taxaço das grandes fortunas, defende as estatais *pero no mucho* e reforma agrária nem pensar.

Isso significa que não votaremos em Lula? Não! No segundo turno, é todo mundo contra Bolsonaro! Mas o PSOL não pode abdicar de discutir com nosso povo de que é possível uma saída. A candidatura de Glauber Braga é a possibilidade de reafirmar essa saída à esquerda para a crise.

Antipetismo? Nem pensar! Organizamos o primeiro ato contra o golpe no Rio Grande do Sul, quando sequer o PT chamava mobilização contra os golpistas e nem a direção majoritária nacional estava com essa posição, ou ainda, quando outros gritavam nas ruas "Fora Dilma", nós já estávamos nos atos juntos a ela ou nos atos do Paraná contra a prisão de Lula. Pagamos um preço alto, mas tínhamos a tranquilidade de estar do lado certo da História.

Organizamos o primeiro ato contra o golpe no Rio Grande do Sul, quando sequer o PT chamava mobilização contra os golpistas, nem a direção majoritária nacional estava com essa posição, ou ainda, quando outros gritavam nas ruas "Fora Dilma", nós já estávamos nos atos junto a ela ou nos atos do Paraná contra a prisão de Lula. Pagamos um preço alto, mas tínhamos a tranquilidade de estar do lado certo da história



Berna Menezes é da Executiva Nacional do PSOL



Todas as
táticas
para derrotar
Bolsonaro e uma
estratégia
por um Brasil dos
trabalhadores e do povo

No Brasil atual, a tática da unidade de ação, amplamente utilizada em todas as lutas importantes ao longo da história, principalmente contra regimes e governos autoritários e ditatoriais, é fundamental para que se imponha a derrota ao governo Bolsonaro. A unidade de ação não é uma tática para as eleições, mas para a luta cotidiana. Porém, pode ser também estendida ao terreno eleitoral se, num segundo turno, por exemplo, enfrentam-se Bolsonaro e outro candidato que tenha sido seu oponente



REPRODUÇÃO / FACEBOOK ROBERTO ROBAINA

Roberto Robaina

Para ir direto ao ponto, na atual situação política brasileira, há três objetivos fundamentais que devem ser postos para o movimento socialista: 1) Derrotar, pela via que seja, o presidente Jair Bolsonaro; 2) Defender as liberdades democráticas, os direitos econômicos e sociais dos trabalhadores e do povo; 3) Formular, desenvolver e lutar por propostas que apontem uma saída para a crise do ponto de vista dos interesses dos explorados e oprimidos.

Desses três objetivos não contraditórios entre si, derivam-se táticas e orientações estratégicas, cada uma delas cuja especificidade responde, na mesma ordem, aos objetivos definidos, orientações que não apenas são complementares, mas se fortalecem mutuamente e fortalecem a luta pelos três objetivos: a) A tática da unidade de ação; b) A tática da frente única; e c) A estratégia da construção de um corpo político revolucionário independente.

UNIDADE DE AÇÃO

No Brasil atual, a tática da unidade de ação, amplamente utilizada em todas as lutas importantes ao longo da história, principalmente contra regimes e governos autoritários e ditatoriais, é fundamental para que se imponha a derrota ao governo Bolsonaro. A importância deriva do fato de que o projeto de Bolsonaro é contrarrevolucionário de extrema direita, cuja realização implica ataque às liberdades democráticas, à liberdade de imprensa, de organização, de reunião, e, no caso concreto brasileiro, recentemente, na deslegitimação das eleições. Esse projeto de Bolsonaro despertou a oposição em todas as classes sociais. A própria classe dominante está dividida. Basta, como exemplo, a decisão de investigar Bolsonaro, tomada pelos ministros do STF e do TSE.

Unir na ação concreta ao redor desse ponto programático, isto é, de defesa das liberdades democráticas e, de preferência, pela bandeira do Fora Bolsonaro, é o que definimos como aplicação da tática da unidade de ação, que passa pela realização de atos, passeatas, pronunciamentos e manifestos, com todos que compartilhem desse objetivo. A unidade de ação não é uma tática para as eleições, mas para a luta cotidiana, mas pode ser também estendida ao terreno eleitoral

A tática da frente única não abandona os objetivos da unidade de ação, mas constrói uma delimitação superior em conteúdo e método. Busca unir os partidos que se postulam como partidos de classe, dos trabalhadores, e as organizações sociais do movimento de massas para se oporem aos ataques do fascismo



O movimento dos trabalhadores se dividiu historicamente em posições revolucionárias, cuja estratégia é a destruição do capitalismo e a construção de um Estado de novo tipo, uma nova institucionalidade baseada na auto-organização do movimento de massas, e as posições reformistas, cuja estratégia é atenuar as contradições de classe, num regime e num modo de produção burguês

se, num segundo turno, por exemplo, enfrentam-se Bolsonaro e outro candidato que tenha sido seu oponente. A unidade, nesse caso, expressaria-se na defesa do voto contra Bolsonaro. A tática da unidade de ação, entretanto, está longe de esgotar a orientação do movimento socialista. Limitar-se a ela seria confiar que



LUÍZA CASTRO/SUL21

as classes sociais têm o mesmo interesse e que a burguesia liberal é consequente na luta contra o fascismo. Os trabalhadores devem ser conscientes de que a continuidade do poder burguês significa uma constante ameaça aos seus interesses.

FRENTE ÚNICA

A tática da frente única, formalizada pela primeira vez em junho de 1921, no III Congresso da Internacional Comunista, não abandona os objetivos da unidade de ação, mas constrói uma delimitação superior em conteúdo e método. Busca unir os partidos que se postulam como partidos de classe, dos trabalhadores, e as organizações sociais do movimento de massas para se opor à ofensiva patronal, seja aos ataques do fascismo, seja aos ataques contra os direitos sociais e econômicos dos trabalhadores levados adiante pelos capitalistas e seus governos.

Trata-se de um acordo cujo objetivo é somar forças para impor derrotas aos planos capitalistas e fortalecer bandeiras de classe dos setores explorados e oprimidos. Tal tática não esgota, tampouco, a orientação do movimento socialista. Entre as organizações e partidos que reivindicam a classe trabalhadora há programas e es-

tratégias diferentes e até opostas. O movimento dos trabalhadores se dividiu historicamente em posições revolucionárias, cuja estratégia é a destruição do capitalismo e a construção de um estado de novo tipo, uma nova institucionalidade baseada na auto-organização do movimento de massas, e as posições reformistas, cuja estratégia é atenuar as contradições de classe, buscando melhorias para os trabalhadores, mas num regime e num modo de produção burguês. Pois a tática de frente é a busca de acordo entre forças revolucionárias e reformistas que atuam no movimento de massas.

A importância dessa unidade para fortalecer a capacidade de luta dos trabalhadores é evidente, mas não menos evidente são os limites dessa tática, já que os reformistas são contrários a uma estratégia de ruptura com a burguesia, como concretamente os 13 anos de governos do PT demonstraram. Assim, a tática da frente única não pode implicar acordo para realizar um governo comum entre revolucionários e reformistas, pela simples razão de que os revolucionários, nesse caso, estariam abrindo mão do seu programa ao aceitarem a hegemonia de um programa que não rompe com o capitalismo.



A via eleitoral é um caminho visível para derrotar Bolsonaro. E tal acordo é simples de ser feito numa eleição em dois turnos, seja apelando para a tática de unidade de ação, seja preferencialmente pela via do apoio a um candidato que integre os partidos que construam a frente única. Mas um compromisso eleitoral está longe de garantir a eficácia da frente única. A capacidade de organização e de luta nas ruas de cada classe social é decisiva para o futuro do país

CAPITULAÇÕES E COMPROMISSOS

Ao longo da História, tivemos muitos exemplos dessa capitulação, não tendo registro de experiências opostas, em que os revolucionários tenham sido apoiados por aparatos reformistas em sua estratégia de revolução social. Se não é uma tática por um governo comum, quer dizer que tampouco é uma tática e um acordo para as eleições. Mas a frente única pode também se estender ao terreno eleitoral. Tal opção deve ser feita em pelo menos dois casos: se há real ameaça de a candidatura da extrema direita vencer a eleição e se há uma ameaça real de um candidato da burguesia liberal ser o principal opositor contra a extrema direita, em detrimento de um candidato das forças reformistas. Nesse caso, o chamado ao voto e a participação na campanha não devem implicar compromisso de governo.

Em relação à tática da frente única, além do seu conteúdo econômico e social de classe, agrega-se um método de luta mais claro, de combate permanente, que pode e deve incluir a necessidade de impulsionar a autodefesa dos partidos e das organizações, entidades sindicais, populares, camponesas, estudantis e dos direitos civis em geral. No Brasil, aliás, essa tarefa

deve ser posta na ordem do dia, o que não tem sido discutido com a urgência que merece. A discussão tem se resumido ao terreno eleitoral.

A via eleitoral é um caminho visível para se derrotar Bolsonaro. E tal acordo é simples de ser feito numa eleição em dois turnos, seja apelando para a tática de unidade de ação, seja preferencialmente pela via do apoio a um candidato que integre os partidos que construam a frente única. Mas um compromisso eleitoral está longe de garantir a eficácia da frente única. A capacidade de organização e de luta nas ruas de cada classe social é o decisivo para o futuro do país.

TAREFA ESTRATÉGICA

Não é por acaso que a terceira tarefa é denominada estratégica. A construção de um corpo político revolucionário que impulsiona a mobilização e a luta pelo poder dos trabalhadores e do povo pobre é a única saída de fundo para a crise nacional. Ou o capitalismo é derrotado ou teremos sempre as forças da barbárie ganhando terreno tendencialmente, acompanhadas pela ameaça recorrente do fascismo. A denominação mais conhecida desse corpo político é a de partido político, embora a

forma partido esteja desgastada por conta da identificação quase exclusiva entre partido e eleições, tarefa fundamental, mas que não resume a atuação de um corpo revolucionário digno desse nome. Hoje, os revolucionários são uma minoria. Essa razão não nos isenta da necessidade de construir esse corpo e se apresentar de modo claro, com bandeiras próprias ao movimento de massas. Somente se postulando, desenvolvendo as táticas necessárias para fortalecer as lutas democráticas, econômicas e sociais que respondam aos interesses dos trabalhadores e dos setores oprimidos, atuando como operador dessas lutas, pode-se construir um polo consciente, capaz de agrupar as parcelas mais avançadas do povo trabalhador. Esse desafio é o que permite fortalecer as tendências da revolução e derrotar de modo definitivo a contrarrevolução e seus representantes de hoje e de amanhã.



Roberto Robaina é Vereador em Porto Alegre e membro do Diretório Nacional do PSOL.



Das Diretas ao Fora Bolsonaro

ROLANDO FREITAS / EXPOSIÇÃO TRANSIÇÕES / PINACOTECA/SP

16 | O Brasil e a Democracia

Tudo indica haver alguma similitude entre a campanha das Diretas, de ontem, e o Fora Bolsonaro, de hoje. Ontem, tratava-se de pôr fim a duas décadas de um regime que implantou um verdadeiro terrorismo de Estado em nosso país. Hoje, trata-se de defender o Estado de Direito Democrático e impedir que o Brasil resvale para uma abjeta ditadura, militar-miliciana, sob a liderança protofascista de Jair Bolsonaro. Como dizia Dr. Ulysses, “a única coisa que mete medo em político é povo na rua”



Haroldo Saboia

A convenção nacional do PMDB, no domingo 4 de dezembro de 1983, impôs severa derrota aos autênticos, aos progressistas e ao próprio Ulysses Guimarães ao eleger, com apoio do então governador de Minas, Tancredo Neves, o senador biônico¹ paranaense Afonso Camargo para o importante cargo de Secretário Geral.

Estava em jogo, então, a definição do PMDB, maior partido de oposição no Congresso, quanto à transição política em curso: aprovar as *Diretas Já* previstas pela Emenda Dante de Oliveira, participar do Colégio Eleitoral para “eleger” o sucessor do general Figueiredo ou, uma terceira hipótese, admitir um mandato-tampão em consenso com o Planalto.

Deputado estadual, participei dessa Convenção como Delegado do PMDB do Maranhão. Assisti ao plenário em ebulição, aplausos aos autênticos e vaias, muitas e ruidosas vaias, aos conservadores.

A própria presença de Tancredo Neves foi objeto de apupos, e seus partidários - mesmo os antigos autênticos como o pernambucano Fernando Lira - praticamente impedidos de falar pelos militantes de esquerda (do PCdoB e de outras organizações) ainda abrigados no velho PMDB.

O clima ao final era desolador. O deputado baiano, Chico Pinto, afastado da Secretaria Geral, e Ulysses Guimarães, mantido na Presidência de uma Executiva e de um Diretório majoritariamente conservador.

No dia seguinte, segunda feira, ao final da manhã, fui à Presidência do PMDB encontrar com o antigo deputado maranhense Cid Carvalho, que fora colega de Câmara do Dr. Ulysses na década de 1950, cassado em 1968 com o AI-5, e de volta com a Anistia.

Pouca gente na Casa. Não havia sessões às segundas pela manhã. Movimento menor ainda no Gabinete do derrotado da vés-

1 “Geisel não podia se esquecer da estrondosa vitória nas eleições de 1974 do partido oposicionista, que elegeu 16 das 22 cadeiras senatoriais então em disputa. Por isso mesmo, uma das “novidades” do chamado “Pacote de Abril” foi a criação da eleição indireta para 1/3 dos senadores, logo denominados pejorativamente de “biônicos.” (CPDOC) <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>

Em 25 de janeiro de 1984, quando os próprios organizadores esperavam 100 mil pessoas, São Paulo - no dia dos seus 430 anos de fundação - surpreendeu: mais de 300 mil pessoas lotaram a Praça da Sé. Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Leonel Brizola, José Richa, Mario Covas, Lula e centenas de artistas e lideranças sindicais estavam lá. Estava formada uma grande frente popular pelas Diretas Já! Da disputa institucional, a campanha ganhou as ruas fortalecida pela adesão dos movimentos sociais, sindicais e populares!

pera, o bravo anticandidato de 1974²! Em seu gabinete, um único deputado àquela hora. Logo ao chegar, mal o cumprimentei, Dr. Ulysses se dirigiu ao Cid e disse:

- Convide o Saboia para almoçar conosco. Vamos ao Anexo IV.

Não apenas “navegar era preciso” - como tanto gostava de repetir - era preciso também dar uma demonstração de altivez, de força, mostrar que a derrota não o abatera.

Acompanhei, então, os dois deputados pessedistas dos anos 1950, que atravessaram os longos corredores do Salão Verde e do Anexo II até o restaurante do Anexo IV. No trajeto poucos parlamentares e jornalistas, e muitos funcionários surpresos com aquela presença tão inusitada.

PARA AS RUAS!

À mesa, o até então taciturno Ulysses Guimarães se transformou:

- É Dr. Cid, temos que ir para as ruas! Teremos diretas só se ganharmos as ruas!

Era quase unanimidade entre os analistas políticos naquele momento de transição que, vitoriosa a Emenda Dante de Oliveira e restabelecidas as eleições diretas para Presidente da República, o nome escolhido seria o do Dr. Ulysses. Mantido o Colégio Eleitoral, emergiria com força o nome de Tancredo Neves, com bem mais trânsito juntos às lideranças do PDS que sucedeu a Arena, partido do “sim, senhor” dos anos de chumbo da ditadura³.

Levar a luta pelas *Diretas Já* dos debates institucionais para os movimentos populares e sociais, do Congresso para as praças públicas, eis o grande desafio que se

2 No mais ousado desafio político à ditadura até então, a Convenção Nacional do MDB lança o deputado Ulysses Guimarães “anticandidato” à Presidência da República e como vice, o jornalista e ex-governador de Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho. Não havia chance de vitória num Colégio Eleitoral em que a Arena tinha mais de 80% dos votos, mas a proposta era denunciar o regime ditatorial, a violação de direitos e a farsa eleitoral.” <http://memorialdademocracia.com.br/card/o-comando-de-ulysses-navegar-e-preciso>

3 “A Aliança Renovadora Nacional (Arena) é fundada para apoiar a ditadura, dentro do sistema bipartidário criado pelo Ato Institucional nº 2. Aderem ao partido praticamente todos os integrantes da antiga UDN, que tinham feito feroz oposição aos governos trabalhistas de Getúlio Vargas e João Goulart. Pela subserviência aos militares, a legenda ficou conhecida como o “partido do sim, senhor”. <http://memorialdademocracia.com.br/card/arena-nascida-para-dizer-sim-senhor>



A campanha pelas *Diretas Já* tomou conta do país, mas não arrefeceu a disputa pela hegemonia do processo de transição em curso. No mesmo palanque, às vezes até mesmo com discursos mais inflamados, defensores da ida ao Colégio Eleitoral e da conversão conservadora do regime disputavam espaço com os setores mais combativos, as forças de esquerda que lideravam a oposição popular à ditadura militar



ELINEUDO MEIRA / FOTOS PÚBLICAS

colocava ao Dr. Ulysses. E ele bem o sabia.

Praticamente um mês depois, em 12 de janeiro de 1984, o primeiro grande comício das Diretas, em Curitiba, reunia mais de 50 mil pessoas. Fora convocado pelo governador José Richa instado pelo Dr. Ulysses. No 27 de novembro anterior, um comício convocado pelo PT (os outros partidos foram convidados apenas dois dias antes e suas principais lideranças mandaram apenas representantes) e por setores da Igreja Católica mal reuniu 15 mil pessoas no Pacaembu.

A FRENTE PELAS DIRETAS

Em 25 de janeiro, quando os próprios organizadores esperavam 100 mil pessoas, São Paulo - no dia dos seus 430 anos de fundação - surpreendeu: mais de 300 mil pessoas lotaram a Praça da Sé! (Saí do meu Maranhão para assistir de corpo presente esse momento de nossa História).

Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Leonel Brizola, José Richa, Mario Covas, Lula, centenas de artistas e lideranças sindicais. Tancredo Neves, que esteve em Curitiba, não compareceu. Estava formada uma grande frente popular pelas *Diretas Já!* Da disputa institucional, a campanha ganhou as ruas fortalecida pela adesão dos movimentos sociais, sindicais e populares!

Daí para a frente todos sabemos. Duas

tiras - uma verde, outra amarela - pintadas como displicentes pichações, coloriram o Brasil inteiro...

A campanha pelas *Diretas Já* tomou conta do país, mas não arrefeceu a disputa pela hegemonia do processo de transição em curso. No mesmo palanque, às vezes até mesmo com discursos mais inflamados, defensores da ida ao Colégio Eleitoral e da conversão conservadora do regime disputavam espaço com os setores mais combativos, as forças de esquerda que lideravam a oposição popular à ditadura militar.

SIMILITUDES ONTEM E HOJE

Por ironia da História, tudo indica haver alguma similitude entre a campanha das Diretas, de ontem, e o Fora Bolsonaro, de hoje.

Ontem, tratava-se de pôr fim a duas décadas de um cruel regime que censurou, que reprimiu, que prendeu, que torturou, que matou... implantando um verdadeiro terrorismo de Estado em nosso país.

Hoje, trata-se de defender o Estado de Direito Democrático instaurado com a Constituição de 1988 - com todas as debilidades, que conhecemos - e impedir que o Brasil resvale para uma abjeta ditadura, militar-miliciana, sob a liderança protofascista de Jair Bolsonaro.

Ontem, setores oposicionistas se divi-



diam entre aqueles que queriam eleições imediatas, *diretas* verdadeiramente *já*, e outros que admitiam a transição lenta, com a ida ao Colégio Eleitoral.

Hoje, temos certos setores que lutam pelo Fora Bolsonaro (*impeachment já*) por entenderem que - a depender da conjuntura - Bolsonaro pode ganhar tempo tanto para a disputa eleitoral em 2022 como para desfechar o tão almejado (e até mesmo propalado pelos apoiadores) golpe policial-militar.

Por outro lado, observamos outros setores que, embora acompanhem o coro do Fora Bolsonaro, não se empenham, de fato, na campanha pelo *impeachment já* por apostarem que o enfraquecimento de Bolsonaro é inexorável e que é preferível

esperar - deitados no berço esplêndido das pesquisas - para derrotá-lo nas eleições presidenciais de 2022.

Ontem, a luta pelas *Diretas Já* saiu do Congresso para as ruas.

Hoje, ao contrário, a luta está partindo das ruas e praças do País e acumulando forças - apesar das dificuldades impostas pela pandemia - para chegar ao Congresso e viabilizar o *impeachment já*.

GRITO DE PARTIDA

A Frente Povo Sem Medo, a Frente Brasil Popular, centrais sindicais, partidos políticos, movimentos sociais e populares e entidades da sociedade civil deram o grito de partida e foram às ruas, cada vez mais numerosos, nos quatro cantos do Brasil em

29 de maio, 19 de junho, 3 e 24 de julho. Perceberam, como lembrou Guilherme Boulos, que “quando um governo é mais letal do que o vírus, é inevitável a necessidade de sairmos para o enfrentamento”.

Manifestações populares em centenas de cidades brasileiras; um mega pedido de *impeachment* de Bolsonaro, que reuniu mais de cem denúncias apresentadas à Câmara dos Deputados (23 crimes previstos em lei), entregue em 30 de junho e assinado por mais de uma dezena de partidos, de organizações de categorias profissionais, um sem-número de renomados juristas; um manifesto com centenas de economistas, empresários, banqueiros e intelectuais liberais - revelam o crescente isolamento político e social de Jair Bolsonaro e seu governo.

Lembremos que a PEC do voto impresso na Câmara Federal esteve longe de conquistar os 308 votos necessários para a aprovação em primeiro turno, o que representou a maior derrota do governo Bolsonaro no Congresso até o momento. Fato que pode vir a confirmar a sempre lembrada assertiva de que “o Centrão nunca se vende, sempre se aluga”!

Como dizia Dr. Ulysses, “a única coisa que mete *medo* em político é o *povo nas ruas*”. Não podemos descartar a hipótese das manifestações populares, convocadas pelas organizações do fora Bolsonaro, alcancem a amplitude e a dimensão necessárias para impor ao Legislativo a suspensão das funções presidenciais do atual presidente.

Se ontem a não aprovação da emenda Dante de Oliveira contribuiu para que fosse configurado um caráter conservador à transição política (ida ao Colégio Eleitoral, Assembleia Constituinte não exclusiva e com a participação dos senadores biônicos de 1978); nos dias de hoje, o não afastamento imediato de Bolsonaro poderá levar o país, em 2022, a um quadro de esgarçamento social, político e institucional com desfecho imprevisível.

Fora Bolsonaro! *Impeachment já!*



Haroldo Saboia foi Deputado Federal Constituinte (1986-90) pelo PMDB-MA, Deputado Federal (1990-94) pelo PT-MA e membro do Diretório Nacional do PSOL.

Ontem, a luta pelas *Diretas Já* saiu do Congresso para as ruas. Hoje, ao contrário, a luta está partindo das ruas e praças do País e acumulando forças - apesar das dificuldades impostas pela pandemia - para chegar ao Congresso e viabilizar o *impeachment já*



Entrevista

Paulo Buss

“O fim da Unasul impede a formação de uma frente continental contra a pandemia”

Gilberto Maringoni

Para Paulo Buss, ex-presidente da Fiocruz e um dos principais sanitaristas brasileiros, um sistema de saúde pública articulado internacionalmente seria decisivo para um combate mais eficiente à Covid-19. Em suas palavras, “O Brasil está sendo salvo por dois institutos públicos de 120 anos de idade: a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Butantan. Isso porque são dois institutos do SUS, e não agem pela lógica do mercado”. Na entrevista a seguir, ele fala de como o combate à doença poderia ser mais eficiente.

A pandemia da Covid-19 poderia ter sido evitada? E o desenrolar poderia ter sido diferente no Brasil?

Os profissionais que trabalham com doenças infecciosas e epidemiologia já sabem que a emergência de uma pandemia nessas condições era algo previsível. Nos anos precedentes, aconteceram epidemias de influenza, de Sars-Cov e de MERS [síndromes respiratórias variantes anteriores ao coronavírus, identificadas entre 2002-12]. O surto de Ebola aconteceu em 2015 e foi contido a tempo, pois eclodiu em um lugar em que o transporte é muito precário. Apesar disso, houve casos nos EUA e na Europa. Mas ele despertou tremendo susto e houve uma reação importante, que pouca gente conhece, por parte das Nações Unidas. Foi um grupo de trabalho dirigido pela doutora Amina J. Mohammed, em que se desenvolveu um relatório com uma série de medidas sugeridas, mas nenhuma foi adotada. O mundo continuou fazendo de conta que aquele relatório era só mais uma peça das muitas da ONU. Já o Sars-Cov-2 – o novo coronavírus – aconteceu na China, em uma região altamente populosa, com um transporte abundante, pela infraestrutura negocial da região, e rapidamente se difundiu. Então, podemos dizer que seria evitável. Reduzir o impacto e a difusão também seria possível. Mas, para isso, deveria ter havido resposta e responsabilidade por parte dos dirigentes, que não fizeram o dever de casa proposto por aquele grupo de trabalho.

De março de 2020, quando a OMS classificou a Covid-19 como pandemia,

Um grande problema da América Latina foi a eliminação da cooperação em saúde que a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) promovia. Em abril de 2019, Jair Bolsonaro (Brasil), Sebastián Piñera (Chile), Mauricio Macri (Argentina) e Iván Duque (Colômbia) deram um tiro de misericórdia na Unasul. Se tivéssemos o conselho de ministros da época da entidade, poderíamos ter feito uma frente ampla contra a doença

até dezembro, não havia vacina. Teria sido possível conter a doença com lockdowns e outras medidas não medicamentosas nesse período?

Houve um desdém por parte das principais autoridades dos países afetados após a ocorrência na China. Os governos da Itália e do Reino Unido minimizaram o problema. Não queriam impacto sobre a economia. A China fez aquele estardalhaço de fechar tudo, mas os países acreditaram não ter sido aquilo que gerou a contenção, e sim a própria história natural da doença. Se tivessem tomado as medidas de contenção tal como a China, que tem uma experiência grande com esse tipo de doença, teriam reduzido não só o número de casos nesses países, como também dado tempo de organizar a resposta dos sistemas de saúde. O grande problema é que a massa de pessoas que passa a ter necessidade de cuidados médicos ultrapassa e muito qualquer capacidade instalada. O ex-ministro da Saúde do Brasil, Luiz Henrique Mandetta, alertou isso o tempo inteiro. Ele estava muito bem assessorado por profissionais competentes da área de vigilância, e que foram catapultados porque o mandatário maior da nação fez ouvidos moucos e operou exatamente como as lideranças da Europa que negligenciaram a questão. Mas lá, rapidamente voltaram atrás. No Brasil, infelizmente, foi o contrário. Continua a negligência e, como estava incomodando, Mandetta foi demitido.

Parece claro que uma pandemia como esta só pode ser combatida por meio de políticas públicas. Qual tem sido o papel do Estado e da saúde pública nos principais países?

Quando os casos começaram a se distribuir, a OMS convocou um grupo de especialistas imediatamente. Esses técnicos muito precocemente disseram que se deveria utilizar com rigor o regulamento sanitário internacional, fazendo isolamento, identificação de casos, fechando alguns lugares etc. E houve claramente um rechaço a isso porque os governantes sabem que a iniciativa privada não quer nunca reduzir os lucros. A própria arrecadação pública, que seria reduzida, fez com que os governos ficassem muito resistentes. Faltou esse reconhecimento do papel de autoridade sanitária internacional para a OMS. E esse é um defeito que continua. Foram apresentados

três relatórios na Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2021. Um da comissão independente, liderada pela ex-primeira-ministra da Nova Zelândia, Helen Clark, e a ex-presidenta da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf; outro do Comitê de Emergências da OMS; e o terceiro do comitê que analisa o funcionamento do regulamento sanitário internacional. Os três foram unânimes em dizer que a OMS atuou dentro dos limites, com razoável grau de acurácia, mas que seriam necessárias mudanças. Uma delas é a tensão entre a recomendação frente a uma pandemia e a soberania dos países. Essa tensão, que é do multilateralismo, não é específica da saúde. E os países, mais uma vez, decidiram agir por conta própria, sempre pensando nos atores econômicos e políticos internos.

Muitas pessoas têm feito um paralelo com uma pandemia de 100 anos atrás, a da gripe espanhola, apesar das estatísticas muito precárias da época. Existe algum ensinamento que possamos tirar daquela situação?

Antes de mais nada, é preciso lembrar que o mundo estava saindo da I Guerra Mundial naquele momento. Apesar das contradições a respeito, os movimentos de tropas foram responsáveis por imensas ondas de contaminação. Se estivessem vivendo um momento de paz, muito provavelmente a pandemia não teria sido tão intensa. Penso que a mudança demográfica, tecnológica, e de capacidade de mobilidade faz com que tenhamos poucas lições dessa pandemia de influenza, ocorrida de 1918 a 1920. Naquele momento, não tínhamos nem antibiótico, que só apareceu na década de 1940. A tecnologia era muito primitiva. A saúde pública se originou com a Revolução Industrial [na segunda metade do século XVIII, na Grã-Bretanha] e as práticas estatais apareceram com a Lei dos Pobres [de 1601, também na Grã-Bretanha], ocasião em que o então líder da saúde na Inglaterra disse: “não sei se são pobres porque são doentes ou se são doentes porque são pobres”. Mas não havia uma autoridade sanitária mundial. A Liga das Nações surgiu depois da I Guerra [em 1919], e logo se criou um comitê de saúde, que foi o anteprojeto de OMS, surgido em 1948.

A América Latina ainda é o covidário global, como se tem falado há alguns meses?



Se os países da Europa tivessem tomado as medidas de contenção tal como a China, que tem uma experiência grande com esse tipo de doença, teriam reduzido não só o número de casos nesses países, como também dado tempo de organizar a resposta dos sistemas de saúde. O grande problema é que a massa de pessoas que passa a ter necessidade de cuidados médicos ultrapassa e muito qualquer capacidade instalada



Sim, embora já se veja na África em um crescimento de casos muito preocupante, além do sudeste da Ásia. Já se sabe que essas curvas ascendentes estão relacionadas ao Ocidente rico, com a liberação precoce das atividades. Nesses outros países, que têm economias mais atrasadas – com menor mobilidade urbana, como é o caso da África –, a taxa de contato se reduz e o progresso da pandemia é mais lento, mas o crescimento de casos é inexorável, pois a pobreza dá outra sustentação para a expansão.

Na Argentina, houve uma tentativa de lockdown na grande Buenos Aires, mas a taxa de vacinação não estava alta. Com isso, vimos uma alta de infecção nos últimos meses. O que contribuiu para o alastramento do vírus ali?

A explicação dos especialistas locais é de que, no início da pandemia, houve uma séria intervenção estatal para o lockdown. Mas, quando o vírus começou a ter fôlego para circular, eles reabriram. Foi uma abertura precoce. Isso, associado a uma baixa taxa de imunização, facilitou muito. A abertura aconteceu porque parecia que o comportamento do vírus não seria como nos outros países, mas o resultado foi desastroso.

Em Cuba, também houve um controle inicial pelo lockdown. O que contribuiu para a alta recente de casos ali? Seria a volta do turismo no início do ano?

Sim, abriram a economia desesperadamente no verão. E os turistas, ao mesmo tempo em que poderiam estar levando a doença, poderiam também se contaminar. Por conta do bloqueio, acabou faltando seringa e agulha, entre outras coisas. E olhe que Cuba tem uma medicina de muito boa qualidade. Uma enfermagem muito boa, a mortalidade infantil muito baixa, mas a pandemia chegou por esse caminho.

No Brasil, o governo federal tem jogado a responsabilidade para os estados. Mas é possível existir uma política nos entes subnacionais diferente da nacional? Nessas condições, seria possível fazer algo como uma contrapolítica sanitária?

As afirmações do governo federal são falaciosas. Por exemplo, quem regula a mobilidade por meio das viagens interestaduais, dos aviões, são autoridades federais, como a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres

(ANTT). Um governo estadual pode ter feito uma política melhor do que outro, e muito melhor do que o governo federal, mas não foram realizadas ações controladas a partir de Brasília. O resultado é que a mobilidade continuou farta e fácil, particularmente nas rodovias federais e nas atividades dos caminhoneiros, que deveriam ter sido fortemente estimulados a adotar medidas sanitárias. Um exemplo bem-sucedido foi o do Maranhão. Mesmo quando detectaram casos da variante indiana por lá, atuaram com extrema habilidade e, de fato, tiveram uma das melhores performances a favor da saúde. Em compensação, há exemplos muito ruins, como o Rio de Janeiro, com uma péssima gestão da pandemia, com um governador e um secretário de saúde negociando por baixo do pano, e ao mesmo tempo construindo estruturas completamente inadequadas, apenas para inglês ver. Como consequência, a letalidade é muito alta no Rio.

Como o senhor avalia a política implementada pelo governador de São Paulo, João Doria?

Gosto muito de algumas pessoas que compõem a equipe. Por exemplo, levou João Gabbardo, que estava no Ministério na gestão Mandetta. O próprio grupo de gestão da crise funcionou razoavelmente, embora São

Paulo não mostre um desempenho muito melhor do que os outros estados, permanecendo na média em termos de denominador. Mas ali temos o principal aeroporto internacional do país.

Se o senhor se tornasse Ministro da Saúde, quais seriam as primeiras medidas que tomaria hoje?

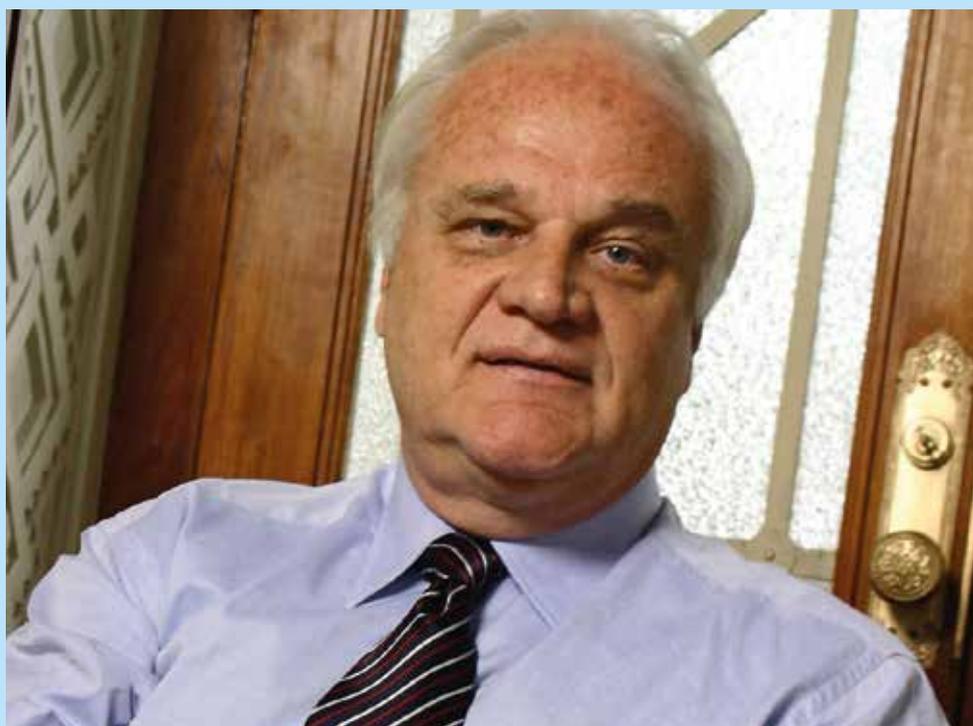
A coisa mais importante é o fortalecimento da rede de atenção primária, qualificando e dando condições de trabalho aos profissionais. Estamos com uma rede de mais de 50 mil equipes de saúde da família, que é quase inigualável no mundo, mas que tem um subfinanciamento muito grande. Precisamos de um verdadeiro abastecimento de mão de obra, com presença de enfermagem, médicos, agentes comunitários etc. Isso se perdeu. Algo bem feito nos governos do PT, até à época do ex-ministro José Gomes Temporão, foi a enorme valorização da saúde da família. Mas atenção primária não é atenção imediata. Teríamos que, imediatamente, promover uma valorização no sentido de adequar os profissionais de saúde e os materiais. Se existe uma distribuição bem feita da rede, com regras bem definidas e indicadores de alerta, nós rapidamente detectaríamos onde a circulação de um vírus está mais intensa. E isso não é só para enfrentar a pandemia.

Podemos ver no horizonte um mundo pós-pandemia na nossa região?

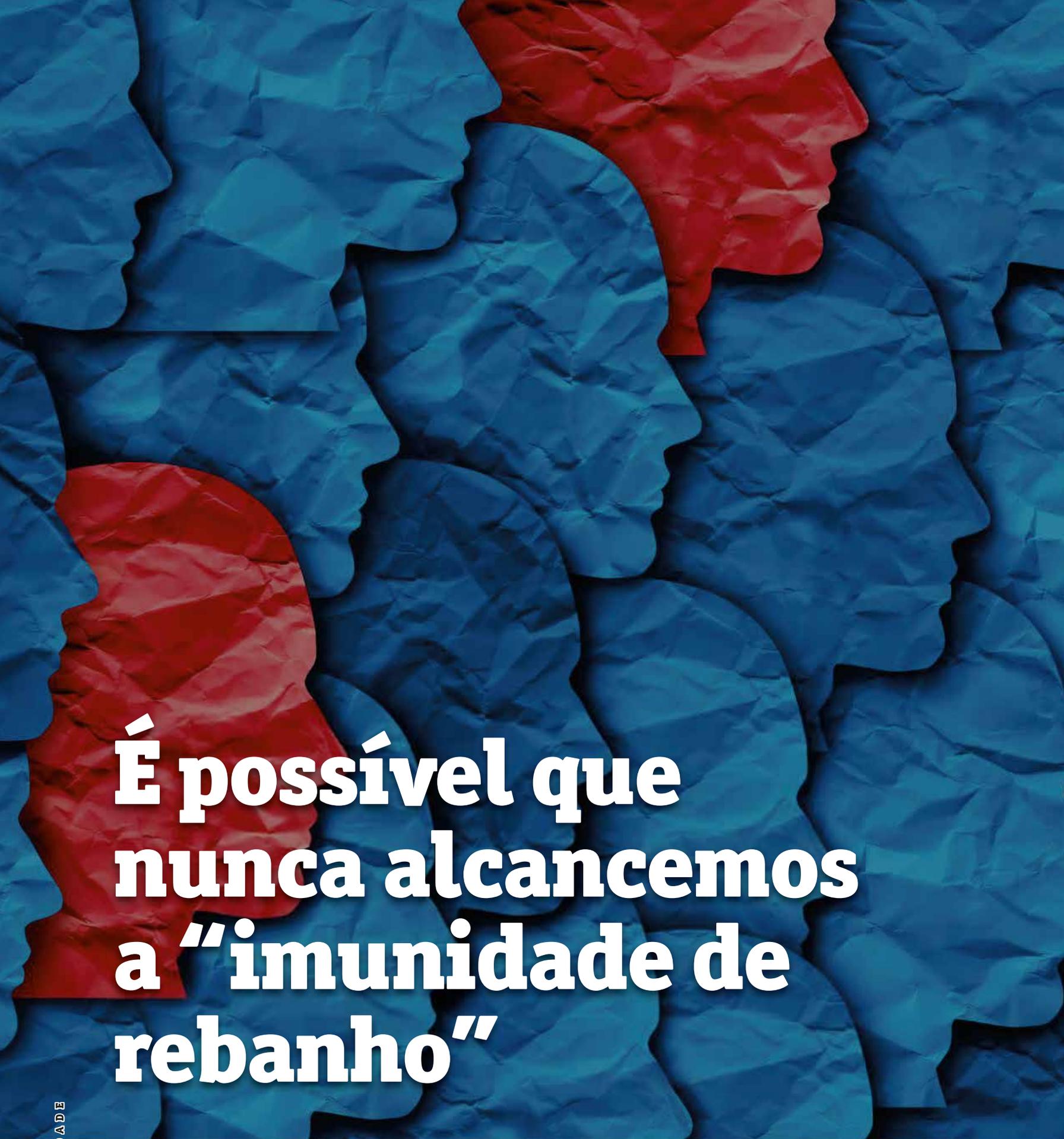
Um grande problema da América Latina foi a eliminação da cooperação em saúde que a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) promovia. Em abril de 2019, Jair Bolsonaro (Brasil), Sebastián Piñera (Chile), Mauricio Macri (Argentina) e Iván Duque (Colômbia) deram um tiro de misericórdia na Unasul. Com isso, desmoronou todo o processo de cooperação. Além disso, o vírus não tem fronteira, a circulação é intensa entre esses países, e nós estamos até hoje sem um mecanismo de coordenação. A mesma coisa valeria para a aquisição de vacinas. Se tivéssemos o conselho de ministros da época da Unasul, poderíamos ter feito uma frente ampla de compra. Teríamos 12 países negociando fortemente com a indústria farmacêutica, segurando os pagamentos e recebendo imunizantes para toda a região. O Brasil está sendo salvo por dois institutos públicos de 120 anos de idade: a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Butantan. Isso porque são dois institutos do SUS e não agem pela lógica do mercado. Mas, apesar disso, o governo federal brasileiro não liderou as ações adequadamente, e todas as estruturas interestaduais continuaram na mesma operação antipopulação e pró-enfermidade.

Uma vida voltada à Saúde Pública

Paulo Buss é médico, doutor em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e diretor do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, instituição que presidiu entre 2001-08. Foi secretário executivo da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (1979-83) e presidente da Federação Mundial de Saúde Pública (2008-10). Representou o Brasil no Comitê Executivo da Organização Mundial da Saúde (2008-2011) e participou da direção de outros organismos de saúde internacionais. É autor e organizador de diversos livros, entre eles Diplomacia da Saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho (juntamente com Luiz Eduardo Fonseca), disponível para baixar na página da Fiocruz.



REPRODUÇÃO



É possível que nunca alcancemos a “imunidade de rebanho”

A imunidade de rebanho pode, teoricamente, ser adquirida naturalmente por meio da infecção de um grande número de pessoas, ou pela vacinação. Há, entretanto, uma grande diferença entre esses dois caminhos. A busca pela imunidade adquirida naturalmente leva a um maior número de doentes e de mortos. O meio mais seguro de atingir e mantê-la é por meio da vacinação em massa



REPRODUÇÃO

A ideia sobre imunidade coletiva ganhou força no início do século XX a partir de estudos experimentais com animais de laboratório e da análise da epidemia de difteria. Esse é um conceito muitas vezes mal compreendido e utilizado de forma incorreta

Antônio Gonçalves Filho

A pandemia da COVID-19 trouxe para a pauta de discussão a imunidade de rebanho, especificamente como e quando ela pode ser alcançada. O tema tem recebido considerável atenção dos cientistas, dos gestores em saúde e da população em geral e tem sido estabelecida como uma meta a ser atingida no enfrentamento da mais grave crise sanitária mundial dos últimos cem anos.

A ideia sobre imunidade coletiva ganhou força no início do século XX a partir de estudos experimentais com animais de laboratório e da análise da epidemia de difteria. Esse é um conceito muitas vezes mal compreendido e utilizado de forma incorreta. A imunidade de rebanho, ou como alguns preferem chamar de proteção coletiva, é atingida quando a disseminação de uma doença infecciosa declina diante da diminuição de pessoas suscetíveis ao agente causador, no caso

da Covid-19, o Sar-Cov-2. A estimativa em relação à Covid-19 é que a imunidade de rebanho será atingida, a depender da população e da variante do vírus, quando 50% a 85% da população de uma determinada localidade estiver imune à doença¹. Portanto, atingir essa imunidade e man-

¹ Kwok KO, Lai F, Wei WI, Wong SYS, Tang JWT. Herd immunity - estimating the level required to halt the COVID-19 epidemics in affected countries. J Infect. 2020;80(6):e32-e33.

Não se conhece um método infalível para se medir a imunidade ao novo coronavírus. As pesquisas estão em curso e ao seu tempo saberemos quantas pessoas precisam ser vacinadas e quantas doses de vacina serão necessárias para atingir uma imunidade coletiva segura e duradoura



tê-la são estratégias fundamentais para o controle a longo prazo.

VACINAÇÃO EM MASSA

A imunidade de rebanho pode, teoricamente, ser adquirida naturalmente, por meio da infecção pelo agente causador da doença, ou pela vacinação em massa da população. Há, entretanto, uma grande diferença entre esses dois caminhos. A

busca pela imunidade adquirida naturalmente leva a um maior número de pessoas doentes, sobreviventes com sequelas e mortos. Tal fato pode ser constatado, na atual pandemia, nos países onde as políticas públicas de saúde trilharam o caminho da negligência, da negação da ciência e do genocídio. Um equívoco comum é achar que uma vez atingida a imunidade de rebanho, a pandemia chegaria ao fim. Não! Indivíduos suscetíveis permanecem em risco de infecção, apesar da redução no número de casos. Atingi-la não significa a eliminação da doença, que pode continuar existindo com menor número de casos, tornando-se endêmica, quando a população passa a conviver com ela. A imunidade de rebanho deve ser entendida como um limiar a partir do qual a imuni-

dade da população previne o crescimento da pandemia. Ela age em um nível local e assim a distribuição da imunidade em toda população é fundamental.

Uma vez atingida, tal imunidade pode vir a ser perdida devido a rotatividade da população, que ocorre a partir da morte por outras causas de pessoas imunes e o nascimento de pessoas vulneráveis; a queda da imunidade dos indivíduos com o passar do tempo e a evolução do vírus. A evolução antigênica é especialmente comum em vírus RNA, como o Sar-Cov-2, devido as rápidas mutações. Desse modo, a população ficaria refém de um ciclo vicioso: redução da imunidade, aumento de pessoas vulneráveis e um vírus mutante. Em relação à Covid-19, a duração e a eficácia da imunidade adquirida naturalmente



são incertas.² Há diversos casos de indivíduos que contraíram a Covid-19 mais de uma vez e já se sabe que as novas variantes podem causar a doença em pessoas previamente imunizadas.

DIMINUIÇÃO DA IMUNIDADE

Os outros tipos de coronavírus que infectam humanos e causam resfriados comuns sazonais, provocam também uma diminuição da imunidade em aproximadamente um ano. Assim, parece razoável se imaginar que o mesmo ocorra com o novo coronavírus. Se uma pessoa infectada se tornar suscetível novamente em um ano, então a imunidade de rebanho nunca será

atingida. Diante disso, sistemas de saúde e governos não podem confiar na imunidade de rebanho natural como um método de controle definitivo da pandemia.³ O meio mais seguro e ético de atingi-la e mantê-la é por meio da vacinação, desde que feita rapidamente, de modo a evitar tanto o surgimento de variantes do vírus, decorrente da proliferação descontrolada, quanto um grande número de mortes.

Um fator complicador, por hora, é a ausência de um método infalível para se medir a imunidade ao novo coronavírus. As pesquisas estão em curso e ao seu tempo saberemos quantas pessoas precisam

ser vacinadas e quantas doses de vacina serão necessárias para atingir uma imunidade coletiva segura e duradoura. Reforços vacinais podem ser necessários em um intervalo de tempo a ser determinado ou ainda vacinações anuais, como ocorre atualmente com a vacina da gripe, diante das possíveis mutações virais.



Antônio Gonçalves Filho é médico especializado em urologia, professor de

Medicina na Universidade Federal do Maranhão e ex-presidente do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior).

² Iwasaki, What reinfections mean for COVID-19. *Lancet Infect. Dis.* (2020); 21:3-5.

³ Wu ZY. Analysis of application of herd immunity as a control strategy for COVID-19. *Zhonghua Liu Xing Bing Xue Za Zhi=Zhonghua Liuxingbingxue Zazhi.* (2020);41(7):986-989.

Entrevista
**Talíria
Petrone**
Deputada Federal, PSOL/RJ

Talíria e Moana, sua
filha, na tribuna da
Câmara dos Deputados



**Não há roda que
gire sem o trabalho
da mulher**

Gilberto Maringoni

Aos 36 anos, Talíria Petrone se tornou um dos principais símbolos da luta antirracista, feminista e da resistência ao conservadorismo no Brasil. Ex-atleta, historiadora, mestra em Serviço Social, negra e mãe, ela foi a vereadora mais votada em Niterói, em 2016. Filha de um músico e de uma professora, Talíria já trabalhou em telemarketing e se apaixonou pela sala de aula. Em 2018, passou a integrar a bancada do PSOL, na Câmara dos Deputados.

Há pouco tempo, Talíria recuperou a história familiar: o avô foi perseguido pela ditadura civil militar (1964-1988) e a casa do pai chegou a ser metralhada pela repressão. Ela conta que ainda hoje investiga a história da própria família, para que esse passado sombrio não se repita.

Na entrevista, a seguir, a parlamentar revela como é viver escoltada - ela já sofreu sete ameaças, investigadas pela polícia. Fala também da relação com Marielle Franco, dos desafios de defender a luta antirracista, de gênero e de classe no Brasil e das tarefas que a esquerda tem adiante, enquanto cuida da filha pequena. "O desafio é estar cada vez mais no território, nunca sair dele, nunca se afastar do concreto como marxistas que somos".

Talíria, como a política entrou em sua vida?

Venho de uma família de classe média baixa, de um bairro da periferia de Niterói, o Fonseca. Quando falo da decisão de ocupar um espaço da política institucional, eu remeto a uma memória de minha mãe subindo a ladeira da Riodades com um filho no braço, outro na barriga, minha irmã mais nova, e mais um no outro braço. Trabalhei alguns anos em telemarketing, uma máquina de moer gente. E estudei na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em São Gonçalo, uma das maiores cidades do estado do Rio de Janeiro, mas muito pobre e muito precarizada. A maior parte dos estudantes é trabalhador. Eu ia trabalhar no telemarketing e depois ia para



Quando fui professora na Maré, havia dias sem aulas porque o irmão de um aluno tinha sido assassinado por uma operação policial, tinha aluno chegando com fome. Aquilo me trouxe a certeza de que a sala de aula era insuficiente como instrumento de transformação da sociedade. E, então, eu me filiei ao PSOL



a faculdade. Pude fazer uma escolha, política a meu entender, que foi ser professora de História. A sala de aula foi, num primeiro momento, a forma que eu escolhi de fazer a luta. A escola é um espaço de resistência.

E você foi professora onde?

Eu comecei a dar aula em São Gonçalo mesmo, em uma escola particular e em um cursinho pré-vestibular na Engenhoca, uma região pobre. Meus alunos eram filhos de trabalhadores do comércio e de camelôs. Comecei a vivenciar de forma muito explícita as contradições sociais dentro da própria sala de aula. Quando trabalhei na Maré, havia dias sem aulas porque o irmão de um aluno tinha sido assassinado por uma operação policial, tinha aluno chegando com fome. Aquilo me trouxe a certeza de que a sala de aula era insuficiente como instrumento de transformação da sociedade. E, então, eu me filiei ao PSOL. Entendi que o instrumento partido era fundamental para aglutinar as lutas explicitadas dentro da escola.

Você também é atleta e jogou vôlei até em Portugal. De que modo o esporte dialoga com sua experiência na universidade, na sala de aula e na militância?

O esporte, como o vôlei, não funciona se não tiver uma coletividade muito amarrada à sua prática. Comecei a jogar aos 12 anos, na escola. Meu irmão jogava vôlei, e a técnica queria muito que uma amiga, que é muito alta, jogasse. E falou que só jogaria se eu jogasse com ela. Eu fui, mas ela parou e eu continuei. Cheguei à seleção do Rio de Janeiro e, já na Universidade, surgiu a possibilidade de eu ir para Portugal, nos Açores. Morei por quase dois anos na Ilha do Pico, com 18 anos. Era um time de segunda divisão. A gente se dividia entre treinar e ajudar na manutenção do clube. Tínhamos de limpar, lavar os pratos. Havia uma lógica colonial entre os dirigentes portugueses. A virada aconteceu quando o time foi para a primeira divisão. Fiquei por duas temporadas e decidi voltar.

O vôlei não tem investimento público, como o futebol masculino. Muitas das minhas colegas de esporte estão mundo afora, até hoje. Eu voltei e desanimei um pouco, retomei a Universidade, tive minha primeira experiência na sala de aula, apaixonei-me e nunca mais retomei o esporte.

Como você se sensibilizou para entrar no PSOL?

Eu cheguei ao núcleo do PSOL em Niterói, levado por uma amiga. Era um núcleo sindical popular. Ela me convidou para fazer uma campanha, em 2010, e eu comecei a participar da campanha do Marcelo Freixo e do Flávio Serafini, em Niterói. Conheci também o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e decidi entrar para o PSOL.

Tem alguém na sua família ligado à política?

Meu pai é filho de um perseguido da ditadura civil-empresarial-militar. Meu avô, ex-militante do partidão. Foi torturado e perseguido. Ele era de Volta Redonda (RJ), e participou da primeira grande greve no período da ditadura (1978). Meu pai se considerava de centro-esquerda e falava pouco da ditadura. Ele foi, inclusive, internado em hospital psiquiátrico e teve a casa metralhada. Quando eu me candidatei a vereadora, essa história de meu avô, que eu pouco conhecia, chegou com muita força a mim. Ele era advogado, um quadro do direito e professor da UFF. Preciso ter um tempo para puxar esse fio e recuperar a história. É um reencontro bonito.

Por que você se candidatou a vereadora?

Quando entrei no PSOL, concentrei a militância na questão dos direitos humanos e no movimento da educação. Filiei-me ao Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE). Aí assumi a direção do PSOL em Niterói, mas não tinha nenhuma pretensão de ser candidata. Eu tinha pouca proximidade no início da vida política com o feminismo, com o movimento negro. Com minha condição de trabalhadora, entendi as intersecções entre raça e gênero, mas foi a minha condição de trabalhadora que me aproximou primeiramente do partido. Em algum momento um conjunto de mulheres do PSOL de Niterói decidiu que a gente precisava ter uma candidatura de mulheres na cidade. Fui convencida a tocar a tarefa, em 2016, mas eu não tinha expectativa de ser eleita. Levamos o debate feminista e antirracista numa perspectiva classista. Ouvimos muito a avaliação de que isso seria muito radical e não daria voto. Mesmo sem dinheiro e com um trabalho coletivo nas ruas e praças, fui a vereadora mais votada da cidade.



O problema é que às vezes somos muito arrogantes. Eu costumo falar que somos pouco igreja - a igreja cuida, a igreja escuta, alimenta, a igreja devolve esperança. Fazemos reuniões em que saímos na porrada. Marcamos reunião às 6h e começa às 8h. Como a mulher que saiu para trabalhar às 4h da manhã, pegou ônibus lotado, esforçou-se para estar ali, vai esperar para ver com quem ela vai deixar o filho?



As candidaturas femininas passaram a ter um peso social muito forte, pelo menos nas capitais e grandes cidades. O assassinato de Marielle, em vez de abafar essa tendência, a fez crescer muito. Muita gente comentava sua proximidade política com Marielle. Existiu uma interação de fato entre os mandatos, apesar de serem exercidos em cidades distintas?

Total interação. Penso que foram campanhas e mandatos muito integrados. Eu conheci a Marielle quando fui professora da rede pública na Maré. Mais tarde, ela me procurou. Tomamos um café e decidimos tocar juntas a campanha. A gente fazia muitas atividades ali na barca, que pega muita gente do Rio e de Niterói, e o mandato dela foi muito parceiro. As eleições de 2016 revelaram um fenômeno que estava se abrindo. A Áurea Carolina foi a vereadora mais bem votada de Belo Horizonte; a Marielle foi a quinta mais votada no Rio; e eu, a mais votada de Niterói. Havia ali uma indicação para a gente formular mais contundentemente a ideia do feminismo que queremos e sobre que luta antirracista queremos.

Eu acho que a execução da Marielle revela uma urgência, o fim de uma paciência para que esses corpos ocupassem os espaços de poder. É um boom do movimento feminista, do movimento negro e do movimento negro feminista, em especial. Isso é o que muda com a Marielle. Era uma mulher negra, com uma trajetória popular, socialista, lésbica, da favela. Isso, de certa maneira, deu um tom de que feminismo precisávamos construir.

Analisando os mapas de votação da Marielle, é possível perceber que nas áreas de comunidades e na zona oeste, quem tem presença é a milícia. Isso também aconteceu nas campanhas majoritárias do Marcelo Freixo, a dificuldade de que a esquerda tem para entrar em áreas populares no Rio. A Marielle tinha muito voto na Maré e nas áreas do centro e da zona sul, regiões que se sensibilizam com a questão feminista, com a questão negra e com a questão lésbica. Enfim, são as questões de direitos sociais, que não são identitárias, como alguns tentam classificar. Como você vê essas dificuldades da esquerda entrar em bairros pobres, em um momento de profundo conservadorismo?

É um desafio para o conjunto da esquerda. Fazer política sem base assistencialista, sem a lógica do curral eleitoral, nem pelo domínio da força, como é o caso das milícias, nem pelo domínio da fé, no caso religioso, é um grande desafio. É difícil popularizar questões que, às vezes, parecem pouco populares. Eu costumo contar uma história que eu vivenciei. Uma vez eu estava em um debate sobre legalização do aborto, em uma praça, quando pede a palavra uma senhora favelada, evangélica, negra e que cresceu na igreja. Ela criticava, dizia que era um absurdo, que era o direito à vida, e começou a dialogar. E eu disse: a senhora é a favor da legalização do aborto? Ela respondeu “minha filha, não faça isso”. Perguntei se ela conhecia alguém que tinha feito aborto e ela respondeu que sim e contou a história de uma vizinha.

- A senhora gostaria que ela fosse presa?

- Não! Gostaria que Deus a perdoasse.

- A senhora queria que ela morresse?

- Não! Eu quero que Deus a perdoe.

- Se ela estivesse sangrando, a senhora acha que o hospital deveria atendê-la?

- Claro, minha filha.

Então, essa senhora é a favor da legalização e da regulamentação do aborto. Ali se abriu uma discussão sobre esse tabu. A gente precisa se abrir para escutar as classes populares. Se a gente não é mais povo, não está mais no território, a gente vai pe-

Eu ia de ônibus ou de bicicleta para a Câmara dos Vereadores em Niterói. Agora, eu não posso andar fora de um carro blindado. Isso é muito violento. Há um ano estou sem fazer reunião com meu pessoal. Em um ano, eu fui três vezes ao Rio. É um negócio escandaloso

gar uma bandeira e falar “meu corpo, minhas regras” e não vai dialogar com quase ninguém. Vai ser um feminismo que não vai dar conta das trabalhadoras domésticas, no Brasil, onde ainda tem quartinho de empregada. Como a gente vai falar de racismo sem compreender a maior parte das mulheres negras, trabalhadoras do telemarketing, caixas de supermercado, como eu era? O problema é que às vezes somos muito arrogantes. Eu costumo falar que a gente é pouco igreja - a igreja cuida, a igreja escuta, alimenta, a igreja devolve esperança. A gente faz reunião em que saímos na porrada. Marca reunião às 6h e começa

às 8h. Como a mulher que saiu para trabalhar às 4h da manhã, pegou ônibus lotado, se esforçou para estar ali, vai esperar para ver com quem ela vai deixar o filho? A gente precisa ser mais povo, estar mais conectado com os territórios. O desafio é estar cada vez mais no território, nunca sair dele, nunca se afastar do concreto, como marxistas que somos. O materialismo e a práxis também precisam estar permeados por isso. É preciso escutar e entender que aquela mulher é trabalhadora, oprimida, violentada, explorada. Para mim, essa é a expressão da intersecção entre raça, gênero e classe. Quando a gente fala em legalização do aborto não





se trata de uma pauta identitária e liberal, mas, se a gente fala dessa pauta parando no discurso do “meu corpo, minhas regras”, fica difícil dialogar com a evangélica negra que viu a filha sangrar pelo aborto ilegal. E é com essa mulher que a gente tem que conversar. Esse é o desafio da esquerda brasileira, e não se faz isso, nem por um lado abandonando as pautas estruturantes, como a pauta racial, nem se entregando à abordagem identitária dessa agenda.

Na sua opinião, temos um aumento das agressões racistas e misóginas, ou as denúncias se avolumaram, até porque todos podem filmar e passaram a ter coragem de denunciar abusos?

Acho que são as duas coisas. O Brasil é

um país que teve mais de três séculos de escravidão, com uma abolição inconclusa. O racismo é um instrumento muito importante para o capitalismo brasileiro. A nossa democracia nunca se consolidou plenamente. O Brasil é um país ainda marcado pela lógica colonial, escravocrata, patriarcal, da grande propriedade, do latifúndio. A gente tem uma democracia frágil e incompleta, que nunca chegou às favelas e às periferias, plenamente. Isso tudo é permeado pelo racismo. A gente teve o golpe contra a presidenta Dilma, a prisão ilegal do Lula, a execução política da Marielle, a saída de Jean Wyllys do país, entre outras coisas. Na nossa oposição ao PT, queríamos lutar por mudanças estruturais, pela reforma agrária, urbana, mudar o modelo de desenvol-

vimento em curso, reforma tributária etc., mas hoje há um retrocesso maior. A crise econômica produziu o que é o Bolsonaro e o bolsonarismo. Acho que as alianças feitas com setores da direita liberal abriram espaço neste caminho para a gente chegar até o bolsonarismo. Nunca rompemos com o passado escravocrata e conservador. Os governos progressistas também não enfrentaram de forma contundente esse passado, e agora houve uma abertura de porta com um fascista no poder que tirou do porão esses resquícios. O avanço do conservadorismo gerou uma legitimação para bater, para amarrar, para agredir e para ser racista. E temos também mais coragem de denunciar esses casos. Então acredito que sejam as duas coisas.



FALEMIRANDA / FLICKR

“

O Brasil é um país que teve mais de três séculos de escravidão, com uma abolição inconclusa. O racismo é um instrumento muito importante para o capitalismo brasileiro. A nossa democracia nunca se consolidou plenamente. O Brasil é um país ainda marcado pela lógica colonial, escravocrata, patriarcal, da grande propriedade, do latifúndio

”

Por que o assassinato do George Floyd tem mais repercussão no Brasil do que o assassinato de João Alberto, trabalhador no Carrefour de Porto Alegre, ou a morte de Miguel Otávio, menino pobre que caiu do 9º andar de um edifício no Recife?

Infelizmente, a gente convive no Brasil com o mito da democracia racial. Esse mito é perigosíssimo porque o Brasil é um país miscigenado. Mas isso não minimiza o racismo que impera aqui, talvez da maneira mais violenta em toda a América. Acho que até nós da esquerda, por muito tempo, entendemos a questão de raça como algo identitário, então as resistências muitas vezes não trataram de uma classe concreta, e se naturalizou a barbárie, a desumanização do povo negro. Se fosse um menino

branco caindo, e se fosse o filho da mulher do prefeito? O feminicídio é negro, a mortalidade materna é negra, a pobreza é negra, o desemprego é negro. Se pegar o que é o déficit habitacional no Brasil, a gente vai ver onde moram negros e onde moram brancos. Como existe ainda o mito da democracia racial? Essa é a pergunta a ser feita.

Negros e negras são minoria na Câmara e no Senado no Brasil, enquanto que no Chile há uma assembleia constituinte com maioria feminina. Como você sente essa disparidade aqui?

O Congresso brasileiro é um não lugar para pessoas como eu. Se contar quantas vezes eu fui interrompida, quantas vezes eu fui chamada de louca, de burra, de que

eu não sei nada, de favelada e de histérica. Existe um não lugar. Quantas mulheres deputadas negras existem? Pouquíssimas. É estranho para as pessoas que a gente fale toda hora da questão negra. Quando eu vou discutir presidência, é preciso falar do racismo que estrutura o Brasil. Quando eu falar de Reforma Tributária e da PEC 186, a gente precisa falar disso. Quem é a enfermeira, a técnica de enfermagem? Quando a gente fala do desmonte da assistência social, do teto de gastos, o debate econômico, que diz muito para o povo, geração de emprego e renda, os investimentos públicos em serviços públicos, temos de falar qual é a parcela mais afetada da população. Eu só parei de ser barrada na Câmara Federal quando eu comecei a ter escolta. Já fui barrada quatro vezes no mesmo dia na Câmara.

Você foi barrada?

Eu ouvia: "Aqui é só deputado, este elevador é só de deputado". E eu com meu broche, brilhoso dizia "Eu sou deputada!" Na minha posse, para eu conseguir entrar, tinha uma funcionária que falava: você vai para a posse de quem? E eu dizia que estava indo para a minha posse. Aí minha assessora branca falou: "A posse é dela, minha filha, é dela!". Isso está filmado no documentário Sementes. Agora, todos sabem que sou deputada porque houve muitos escândalos e eu ando com dois agentes da Polícia Legislativa fazendo a minha segurança.

Como é viver com escolta?

É um inferno. Eu preciso viver escoltada em todos os lugares por onde ando. Se vou à padaria, vou escoltada. Eu viajo de avião com um policial armado do meu lado. Quando chego em casa, eles vão embora, mas ficam 24 horas disponíveis. Eles me acompanham na agenda, na vida pessoal, em tudo.

Teve uma época em que você saiu de cena por causa disso. Como foi?

Eu estou um pouco fora de cena. A gente estava falando aqui de mandato, território, mas estou há um ano morando em Brasília, com minha família. Hoje, são sete denúncias de uma possível encomenda da milícia para me executar, que estão sendo investigadas, denúncias bem contundentes e fundamentadas. Fui orientada por policiais a sair do Rio de Janeiro. A polícia legislativa faz minha proteção, mas restrin-



A cada dia que acaba, pergunto-me como sobrevivi àquele dia. Com a pandemia, longe do estado, sem parte da família, estou sem rede de apoio. Estamos eu e meu marido, meu companheiro. Não tem avó, e a Moana, minha filha, está na escola. É muito duro, ela acorda de hora em hora, à noite, depois de um dia que começa às 8h e termina às 23h



ge muito minha agenda. É um horror. Eu ia de ônibus ou de bicicleta para a Câmara dos Vereadores em Niterói. Agora, eu não posso andar fora de um carro blindado. Isso é muito violento. Há um ano estou sem fazer reunião com meu pessoal. Em um ano, eu fui três vezes ao Rio. É um negócio escandaloso, estão inviabilizando meu mandato. Todos os dias dá vontade de fazer outra coisa da vida, sabe? Mas a gente se recompõe e entende que é um dia de cada vez. Não dá para abandonar a luta. Tem um outro elemento que é especial do Rio de Janeiro, que se soma a isso no meu caso: a milícia está cada vez mais ideologizada e tem um braço armado, econômico e político, por meio de policiais da ativa e da reserva. É muito difícil seguir, mas temos que fazer isso, como revolucionários que somos.

Há dois anos envolveram você em uma polêmica sobre o Lênin, e teve gente dizendo que você estava estreitando a esquerda, teve até quem dissesse que era burrice. Como foi isso e qual é sua posição?

Simplesmente, uma postagem de aniversário do Lênin, falando de socialismo e Revolução Russa. Veja, agora os socialistas não podem mais falar de socialismo? Que história é essa? Isso gerou críticas da extrema direita, e eu já esperava os ataques, mas por outro lado, os campos que se identificam com a esquerda diziam que não dá para falar de Lênin. E eu acho que a gente tem que falar de Lênin, tem que falar de socialismo, falar dos processos revolucionários que nos constituíram. Isso significa fechar um diálogo? Não! Eu sou uma parlamentar socialista e popular. Quando vou dialogar no conjunto de favelas e periferias, vou falar de Lênin para falar de socialismo? Não. Socialismo é um modo de vida, é comida para todo mundo, moradia para todo mundo, terra para todo mundo, pão para todo mundo. É povo negro vivo. Essa é a forma de dialogar com o socialismo concreto. Houve uma história que nos trouxe até aqui, e não dá para ignorar os processos revolucionários que abriram caminho para melhores formas de viver. No pós-Revolução Russa houve avanço na vida das mulheres e o povo do campo passou a ter terra e ter comida. Isso é o socialismo. Falar de Lênin não é estreitar o socialismo, acho que a esquerda que ignora quem foi Lênin não deveria se entender enquanto esquerda. Que



Marielle e Talíria

socialismo queremos? É um socialismo com liberdade e com radicalidade democrática. Não uma democracia burguesa, que não serve para todo mundo. As experiências capitalistas não deram certo. Aqui, e em lugar algum. Para existir a Suécia, precisa existir o sul global para sustentar os ricos.

Por fim, como é o desafio de conciliar a maternidade com o mandato e a militância?

Não sei responder, mas está difícil. A cada dia que acaba, eu me pergunto como sobrevivi àquele dia. Com a pandemia, longe do estado, sem parte de minha família, estou sem rede de apoio. Estamos eu e meu marido, meu companheiro. Não tem avó, e a Moana, minha filha, está na escola. Encontramos uma muito legal em Brasília que, graças às deusas, pudemos matriculá-la. Mas é muito duro, ela acorda de hora em hora à noite, depois de um dia que começa às 8h e termina às 23h. Sempre acho que estou deixando e estou deixando coisa pelo caminho. E estou mesmo. Mas se a gente achar que é porque é mãe, a gente não pode ocupar esses espaços, nunca vai ter, como eu disse, corpos como o meu nesse espaço. Quando eu levei a Moana pela primeira vez ao plená-

rio foi um escândalo. Muita gente elogiando, que lindo, que histórico, eu falando com ela na tribuna no colo, mas muita gente, inclusive da esquerda, achou um absurdo. E o pessoal não tem ideia do que é minha vida. Eu passo dezesseis horas no plenário. Não vou ficar com a minha filha, que mama? É

um não entendimento da possibilidade da necessidade de conciliar a maternidade e a política. Aqueles deputados todos não têm filhos pequenos? Muitos têm. Só que tem as criadas, ou as esposas, as mulheres por trás para fazer a vida funcionar. Não há roda que gire sem o trabalho da mulher.



Sempre acho que estou devendo e estou deixando coisa pelo caminho. Mas se a gente achar que é porque é mãe, a gente não pode ocupar esses espaços, nunca vai ter, como eu disse, corpos como o meu nesse espaço. Eu passo dezesseis horas no plenário. Não vou ficar com a minha filha, que mama?



A estagnação e o futuro da economia capitalista no Brasil



Eleutério F. S. Prado

A economia capitalista no Brasil foi fortemente afetada pela crise do novo coronavírus que se iniciou em 2020 e que ainda não tem data certa para acabar. O nível do PIB caiu, o desemprego se elevou e a desigualdade de renda e riqueza aumentou. Considerando que a crise atual não vai durar para sempre, que talvez termine em 2022, o que os próximos anos reservam para os brasileiros? Sabendo que ela se encontrava estagnada ou quase estagnada pelo menos desde o começo dos anos 1990, o que os brasileiros, especialmente os mais pobres, podem esperar do futuro?

Uma resposta será fornecida neste artigo, mas ela só virá ao final da exposição.

CRENÇA DOS ECONOMISTAS

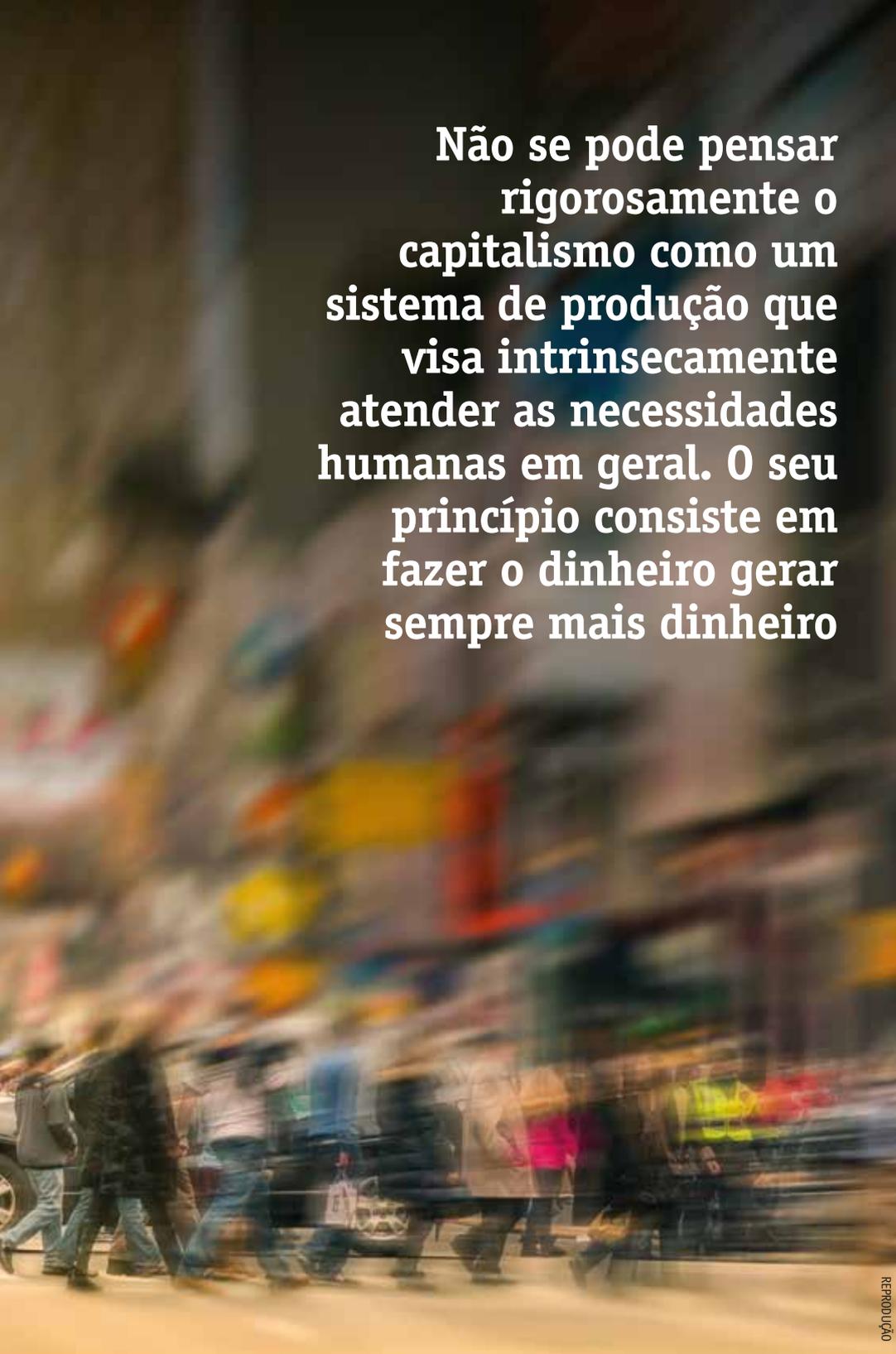
Os economistas em geral acreditam na capacidade da política econômica de produzir o crescimento. Os neoliberais têm fé no mercado: se o Brasil tem mostrado pouco potencial para elevar o PIB é porque o Estado cometeu sucessivos erros estratégicos no passado: descuidou da educação e da estabilidade macroeconômica; pecou pelo protecionismo e pelo estatismo. A solução que propõem são as reformas liberalizantes, as quais, em última análise, visam aumentar a taxa de exploração da força de trabalho e desregular os mercados para que o capital possa exercer o mando sem entraves burocráticos.

Os keynesianos confiam na capacidade do Estado para criar as condições e suple-

mentar os mercados para que estes possam se desenvolver: é preciso elevar o investimento público, manter as empresas estatais estratégicas, sustentar um câmbio desvalorizado, taxar a exportação de bens primários, implementar políticas efetivas de distribuição da renda. Se o Brasil tem crescido pouco desde os anos 1990, isso se deve ao “thatcherismo tupiniquim” que, abandonando o nacionalismo econômico, produziu a desindustrialização, a reprimarização e a financeirização da economia brasileira, assim como uma enorme concentração da renda e da riqueza.

Se é evidente que a política econômica tem um papel no desenvolvimento econômico, julga-se aqui que é preciso colocar em dúvida quão decisiva ela pode ser.

Não se pode pensar rigorosamente o capitalismo como um sistema de produção que visa intrinsecamente atender as necessidades humanas em geral. O seu princípio consiste em fazer o dinheiro gerar sempre mais dinheiro



REPRODUÇÃO

COMPREENSÃO DO CAPITALISMO

Como ficou implícito nos dois parágrafos anteriores, não existe qualquer estratégia de crescimento sem compreensão do capitalismo e sem base ideológica classista. Os neoliberais falam em nome de uma burguesia interna e globalista e os nacionalistas constroem um discurso sobre a possibilidade de um pacto interno de parte da burguesia com os trabalhadores em geral. Até que ponto elas podem contrariar a lógica do capital que vem se impondo nos últimos dois séculos e que se impõem agora, com mais força e mais abrangência, globalmente? Até que ponto, por exemplo, certas propostas que vêm da teoria monetária moderna não entram em conflito com os imperativos do capital?

É preciso ver que o capitalismo desde a emergência no século XVI, primeiro como capitalismo comercial e depois como capitalismo industrial, constituiu-se como um sistema econômico vocacionado para abranger o mercado mundial. Eis que a História apenas comprova aquilo que uma exposição dialética célebre já apontara em meados do século XIX: o capital é um sujeito automático que tende a derrubar todos os obstáculos que lhe antepõem, sejam eles de natureza puramente geográfica sejam elas de natureza institucional.

Eis que o capitalismo tem de ser pensado como uma totalidade concreta em desenvolvimento, a qual está baseada na troca generalizada de mercadorias. Estas são produzidas privadamente, mas são

Os economistas em geral acreditam na capacidade de a política econômica produzir o crescimento. Os neoliberais têm fé no mercado: se o Brasil tem mostrado pouco potencial para elevar o PIB é porque o Estado cometeu sucessivos erros estratégicos. Os keynesianos confiam na capacidade do Estado para criar as condições e suplementar os mercados para que estes possam se desenvolver: é preciso elevar o investimento público

socializadas por meios dos mercados. Daí que o trabalho que conta para constituir o valor não é o trabalho concreto, mas aquele socialmente atuante na produção de mercadorias e que foi reduzido a trabalho abstrato pelo processo social.

Essa sociabilidade requer, pois, o dinheiro não só para intermediar as trocas, mas para expressar concretamente o trabalho abstrato, medir o valor. A lógica da produção de mercadorias não é apenas uma lógica restrita de geração de valor, mas uma lógica que tende a se universalizar. O próprio valor tende, por isso, a se tornar valor que se valoriza, ou seja, capital.

É por isso também que não se pode pensar rigorosamente o capitalismo como um sistema de produção que visa intrinsecamente atender as necessidades humanas em geral. O seu princípio consiste em fazer o dinheiro gerar sempre mais dinheiro e, somente quando essa meta sistêmica é atingida, podem ser providas tais necessidades, não igualmente e para todos, mas sim diferencialmente de acordo com a capacidade das pessoas de atenderem as necessidades da valorização do capital.

SUJEITOS SUBMISSOS

O sistema do capital exige, assim, que as pessoas se tornem indivíduos modernos, agentes racionais que se contentam em se submeter a esse poder social objetivo na esfera da produção e da circulação de mercadorias. E a consequência dessa subsunção vem a ser o estranhamento e a alienação – algo que implica, como sabe, uma intersubjetividade do sujeito em objeto por meio da participação em um processo real que tem moto próprio.

A lógica expansiva do sistema exige também que os Estados nacionais se tornem competidores na arena formada pelo mercado mundial. Se devem garantir as condições da reprodução do capital no âmbito nacional, são forçados a se abrirem ao comércio internacional, submetendo-se às forças que aí imperam. Como essa dupla determinação é, em última instância, irresistível, pode-se compreender por que as políticas econômicas em geral encontram-se limitadas a capacidade de realizar as aspirações das forças políticas na criação de uma forma específica de desenvolvimento nacional. E isso ocorre já quando elas se expressam na linguagem da racionalidade econômica.



Quase virando a esquina

O capitalismo desde a sua emergência no século XVI, primeiro como capitalismo comercial e depois como capitalismo industrial, constituiu-se como um sistema econômico vocacionado para abranger o mercado mundial

Os constrangimentos impostos às políticas econômicas implementadas no âmbito dos Estados nacionais são, sendo enfático, as contrapartidas necessárias do movimento insaciável de autovalorização do capital. Os desejos não deixam de sonhar que se realizarão, mas as determinações do capital nunca deixam de acordá-los para o pesadelo do mundo real. Ora, a globalização é uma manifestação fundamental desse processo que acossa a todos no mundo atual. Ela deveio historicamente por meio de ondas sucessivas, mas ocorreu em efetivo porque esse sempre foi o tólos imanente do processo de acumulação. E isso está implícito no trecho que segue da obra de Marx.¹

É apenas o comércio exterior, o desenvolvimento do mercado em mercado mundial, que faz com que o dinheiro se transforme em dinheiro mundial e o trabalho abstrato em trabalho social. A riqueza abstrata, o valor, o dinheiro e, portanto, o trabalho abstrato, desenvolvem-se à medida que o trabalho concreto se torna uma totalidade de diferentes modos de trabalho abrangendo o mercado mundial. A produção

¹ O presente autor deve essa citação, retirada do Livro III das *Teorias do mais-valor*, a um escrito de Tony Smith: *The place of the world Market in Marx's systematic theory*.

O poder do capital como metafísica realmente operante no devir da sociedade moderna tem sido subestimado, mesmo quando ele vem a ser reconhecido como um sujeito automático. As teorias econômicas em geral, entretanto, não o reconhecem e, por isso, confiam excessivamente no poder da política econômica

capitalista baseia-se no valor ou na transformação do trabalho incorporado no produto em trabalho social. Mas isso só ocorre com base no comércio exterior e no mercado mundial. Esta é, ao mesmo tempo, a pré-condição e o resultado da produção capitalista.

O PODER DO CAPITAL

O poder do capital como metafísica realmente operante no devir da sociedade moderna tem sido subestimado, mes-

mo quando ele vem a ser reconhecido como um sujeito automático. As teorias econômicas em geral, entretanto, não o reconhecem e, por isso, confiam excessivamente no poder da política econômica. Contudo, é possível mostrar como a lógica se impõe de modo “silencioso” a todos os países que moram no planeta Terra e que se encontram fortemente entrelaçados pelo mercado mundial. É bem evidente, por exemplo, que a lei da tendência à igualação da taxa de lucro atua efetiva-

mente em escala global, ainda que respeitando o grau de desenvolvimento.²

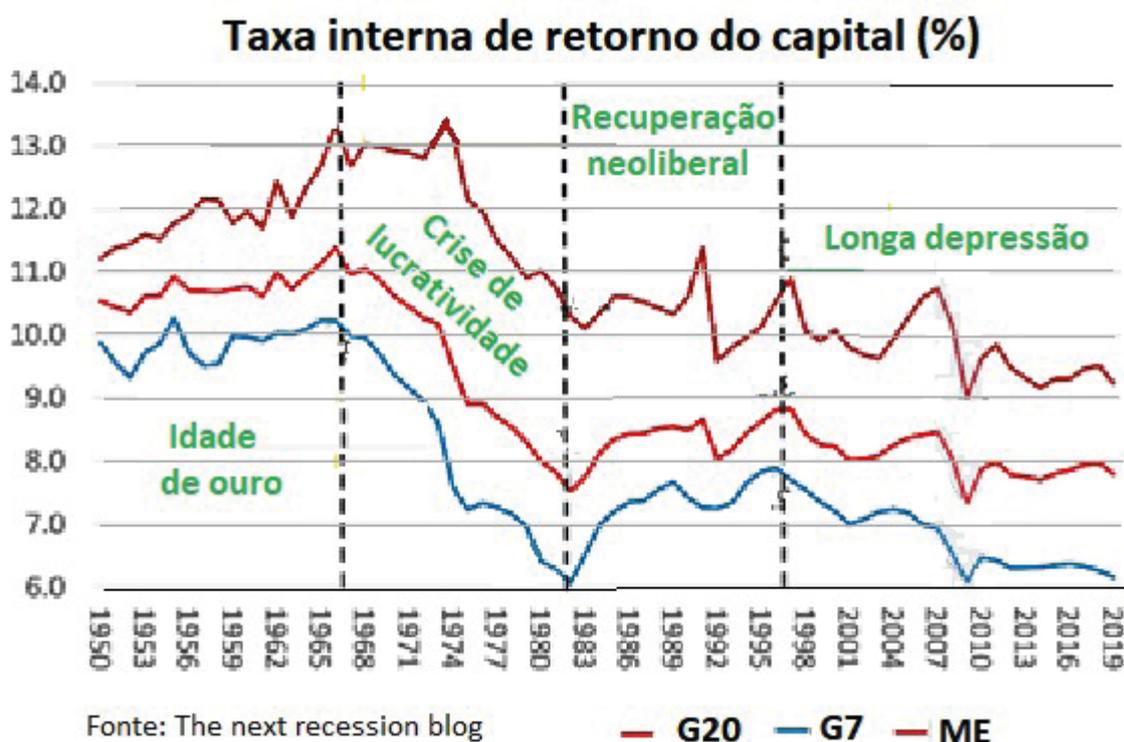
Os gráficos da *Figura 1*, que cobrem um período de 70 anos do evoluir da economia global, exibem um resultado surpreendente.³ Mostram que as taxas de lucro médias dos países ricos (G7), dos países do G20 e dos mercados emergentes (ME)⁴ apresentaram todas um mesmo padrão geral de evolução: tenderam a subir entre 1950 e 1967 e a cair após 1997. Nos países ricos, tenderam a cair entre 1967 e 1982 e, nos países emergentes, elas começaram a cair em 1974 sem nunca se recuperarem tendencialmente. Nos países do G7, ao contrário do que ocorreu nos países

2 Quanto maior o grau de desenvolvimento de um país, menor deve ser a relação produto/capital, que é, como sabe, um determinante da taxa de lucro. O outro determinante importante é a participação do lucro no produto nacional (PIB).

3 Todas as taxas internas de retorno aqui apresentadas foram obtidas das Penn World Table 10.1. Elas são comparáveis porque as séries foram construídas com uma mesma metodologia. A agregação das taxas do G7, G20 e ME foram feitas por Michael Roberts e publicadas em seu blog *The next recession*.

4 Fazem parte do G7: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido. O G20, além desses sete, inclui outros doze países: África do Sul, Argentina, Brasil, México, China, Coreia do Sul, Rússia, Índia, Indonésia, Turquia, Austrália e Arábia Saudita. Vinte e setes nações formam o ME, entre elas, aquelas doze já elencadas e que compõem o G20.

FIGURA 1



do ME, houve uma recuperação das taxas de lucro entre 1982 e 1997. O caso da China, não tratado aqui, mostra-se como uma anomalia nesse padrão.

A crise de lucratividade dos anos 1970 atingiu quase todos os países, mas a recuperação neoliberal ficou restrita aos países desenvolvidos. Ora, isso ocorreu em virtude de um impacto diferenciado das políticas neoliberais que então se difundiram. Estas se orientaram desde o início para reforçar o poder internacional dos países imperialistas, em especial dos Estados Unidos.

Nos países centrais, elas reduziram os níveis dos salários reais dos trabalhadores, transferiram as atividades intensivas em trabalho para a Ásia, promoveram a liberação financeira. Nos países dependentes, a elevação da taxa de juros nos EUA para combater a inflação produziram crises nas economias periféricas; daí em diante elas tiveram de se submeter ao sistema financeiro internacional, o que reforçou a dependência. Ao invés de importador, muitos deles – como o Brasil – tornaram-se exportadores de capitais.

A *figura 2* apresenta a taxa interna de retorno do capital para o Brasil, cujo padrão, é bem evidente, segue grosso modo o padrão do agregado das economias emergentes, antes apresentado. Com uma

diferença importante: ao invés de as taxas de lucro se estabilizarem entre 1982 e 1997, tenderam então a cair fortemente. Assim, a transição democrática ocorrida a partir de 1985 foi acompanhada de uma tendência ao declínio econômico, o que se deveu operacionalmente às políticas neoliberais que sancionaram a nova forma subordinação, liderada pelas finanças,

posta pelas potências imperialistas.

Agora, é preciso perguntar por que a taxa de lucro é tão importante no sistema capitalista em geral. Ora, sabe-se desde Marx que “a taxa de lucro é o aghilhão da produção capitalista”, pois a “valorização do capital é a sua única finalidade”. Em consequência, os períodos históricos em que a taxa de lucro tende a subir são caracte-

A política econômica em geral tem alguma eficácia na busca de certos objetivos, mas ela não pode contrariar substantivamente as tendências mais profundas da acumulação de capital, a qual acontece agora como um processo global que integrou fortemente todas as nações por meio do mercado mundial

FIGURA 2

Taxa interna de retorno do capital (%) - Brasil



Fonte: Penn World Table, 10.1

terizados como de euforia econômica; ao contrário, quando ela tende a cair tem-se sempre estagnação ou mesmo depressão.

A queda, como diz o autor de *O capital*, retarda o investimento, promovendo “superprodução, especulação, crises, capital supérfluo ao lado de população supérflua”. Ora, foi exatamente isso o que ocorreu no Brasil nos últimos cinquenta anos. Mas essa tendência, entretanto, foi episodicamente contrariada entre 2002 e 2010 – nos governos Lula, como se sabe – em virtude de um boom nos mercados internacionais de *commodities*.

A conexão entre o evoluir da taxa de lucro e o evoluir da taxa de acumulação encontra-se, hoje, bem documentada estatisticamente. Quando cresce a taxa de lucro, a taxa de investimento tende a subir junto a ela. Quando cai, essa última tende igualmente a declinar. É isso que se vê quando se compara a evolução da taxa interna de retorno do capital no Brasil com a taxa de crescimento do estoque de capital. A figura em sequência mostra essa correlação com uma divergência importante. A taxa de lucro começa a cair já em 1974, mas a taxa de investimento muda de sentido apenas a partir de 1982.

Ora, esse retardo de aproximadamente seis anos se deve ao chamado II PND, plano por meio do qual a ditadura militar tentou manter o seu projeto de Brasil grande.

Posto esse quadro geral em que tentou combinar sinteticamente um pouco da teoria crítica do modo de produção capitalista com dados empíricos tirados das contas nacionais, tem-se agora condições de especular sobre o futuro dessa sociabilidade no Brasil. O que se pode esperar?

NEOLIBERALISMO E DESENVOLVIMENTISMO

É possível pensar em dois cenários alternativos: em um deles seria mantida a política neoliberal que tem prevalecido desde 1990, a qual – note-se – busca subordinar a estrutura econômica do país aos mandamentos do capital internacional e às condições institucionais impostas internacionalmente pelas potências imperialistas; no outro, essa política “entreguista” seria substituída pelo novo desenvolvimentismo, o qual pensa o Brasil como um sujeito histórico capaz de certa autodeterminação.

Num caso, ter-se-ia mais do mesmo, mas no caso alternativo haveria mudanças im-

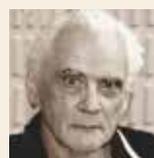
A economia mundial se encontra numa fase de longa depressão. E a economia capitalista no Brasil não é uma exceção, mas um caso paradigmático. Em consequência, não se pode prever que essa economia possa alcançar novamente um nível de desenvolvimento acelerado tal como ocorreu no período após o fim da II Guerra Mundial até 1980, aproximadamente

portantes. Como o novo desenvolvimento não dissocia o sistema do capital do Estado como as correntes liberais, prevê a adoção de um “intervencionismo moderado” com os seguintes objetivos: reverter a desindustrialização, elevar o investimento público, manter o câmbio desvalorizado, sustentar a taxa de juros baixa e taxar a exportação de *commodities* com o fim de neutralizar a vantagem comparativa na produção de produtos primários.

Como se deixou claro, a política econômica em geral tem alguma eficácia na busca de certos objetivos, mas ela não pode contrariar substantivamente as tendências mais profundas da acumulação de capital, a qual acontece agora como um processo global que integrou fortemente todas as nações por meio do mercado mundial. De qualquer modo, é preciso se preocupar na luta política com as formas institucionais e com as políticas estatais, porque elas podem ser mais ou menos desfavoráveis para os trabalhadores em geral.

No entanto, como foi visto no primeiro gráfico, a economia mundial se encontra numa fase de longa depressão. E a economia capitalista no Brasil não é uma exceção, mas um caso paradigmático. Em consequência, não se pode prever que essa economia possa alcançar novamente um nível de desenvolvimento acelerado tal como ocorreu no período após o fim da II Guerra Mundial até 1980, aproximadamente. Ora, o autor que aqui escreve pensa que o capitalismo enquanto modo de produção se encontra agora no seu ocaso e que, por isso, as dificuldades para obter um crescimento crível provavelmente aumentarão em relação ao passado recente. Assim, ele não prevê que o futuro do sistema econômico, mas também da sociedade brasileira como um todo, possa ser próspero, risonho e franco.

É preciso, pois, construir a alternativa de um socialismo democrático.



Eleutério F. S. Prado é professor Titular e sênior do Departamento de Economia da FEA/

USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br; blog na internet: <https://eleuterioprado.blog>.

Bitcoin e El Salvador



A lei do *bitcoin* de El Salvador não propõe a substituição do dólar por essa moeda. Ela simplesmente autoriza a utilização do *bitcoin* para pagamentos e recebimentos e torna seu curso legal na sociedade. Mas não altera os fundamentos e requisitos de um sistema monetário, cujo princípio é que os preços e contratos sejam denominados na moeda nacional

**Paulo Nakatani e
Rosa Maria Marques**

Recentemente, El Salvador foi destaque na mídia por anunciar que seria o primeiro país a adotar o *bitcoin* como uma nova moeda nacional, coexistindo com o dólar, a partir de setembro de 2021. Vinte anos antes, isto é, em 2001, esse país já havia abandonado a soberania monetária nacional quando substituiu a moeda pelo dólar americano, em procedimento similar ao ocorrido no Equador. Vale lembrar que El Salvador é um pequeno país na América Central, localizado entre a Gua-

temala e Honduras, que tem um território de pouco mais de 21 mil km², uma população de cerca de 6,5 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 6,9 bilhões em 2020.

A lei do *bitcoin* de El Salvador não propõe a substituição do dólar por essa moeda. Ela simplesmente autoriza a utilização do *bitcoin* para pagamentos e recebimentos e torna seu curso legal na sociedade. Mas não altera os fundamentos e requisitos de um sistema monetário, cujo princípio é que os preços e contratos sejam denominados na moeda nacional. Até o momento em que este artigo estava sendo escrito, tudo indicava que o padrão de

preços e de contratos continuará sendo o dólar dos Estados Unidos. Dessa forma, a pretendida utilização do *bitcoin* como meio de pagamento e meio de circulação é equivocada e inócua, pois o dólar seguirá exercendo essas funções monetárias.

A VOLATILIDADE E O DÓLAR

O governo justifica a adoção do *bitcoin* afirmando que terá repercussão positiva no ingresso de capitais estrangeiros e na dinamização da economia, em particular mediante o aumento da produção de energia para a mineração de *bitcoins*. Nesse ponto, destacamos que as grandes

O governo justifica a adoção do *bitcoin* afirmando que terá repercussão positiva no ingresso de capitais estrangeiros. Mas, até aqui, as grandes unidades de capitais, as que comandam o sistema mundial de acumulação e reprodução do capital, não têm demonstrado muito interesse na utilização dos *bitcoins*

unidades de capitais, as que comandam o sistema mundial de acumulação e reprodução do capital, não têm demonstrado muito interesse na utilização dos *bitcoins*. Além disso, já está amplamente demonstrada a ineficiência do *bitcoin* como meio de pagamento e de circulação, dado o elevado tempo de processamento do *blockchain* em todos os nós da plataforma e pela elevadíssima volatilidade da taxa de conversão em qualquer das moedas relevantes da economia mundial. Isso, sem considerar o enorme dispêndio e desperdício de energia nos procedimentos da *mineração*, que já está atingindo limites de

custos extremamente elevados.

A eventual conversão de estoques de riqueza monetária, em dólar dos EUA, estaria sujeita a toda a volatilidade das cotações do *bitcoin* no mercado internacional, que se caracteriza por ser extremamente especulativo. Para se ter uma ideia, o *bitcoin* foi cotado a US\$ 33.141,00 ao final de janeiro de 2021, aumentou para US\$ 58.796,00 em março e caiu para US\$ 34.655,10 e US\$ 37.305,00, nos meses de maio e junho, respectivamente. Considerando o mês de junho, a cotação começou em US\$ 36.672,60, no dia primeiro, atingiu um máximo de US\$ 40.500,00 no

dia 14 e fechou o mês em US\$ 34.845,00. Além disso, o *blockchain* do *bitcoin* tem um limite final de criação que é de 21 milhões de unidades. Até a metade de junho, já haviam sido mineradas 19 milhões de unidades, de modo que sobram 2 milhões de *bitcoins* para serem minerados. Não haverá tempo para a mudança na produção de energia em El Salvador para permitir a participação na criação dos *bitcoins*.

CAPITAL FICTÍCIO

Desde o início, o *bitcoin* caracterizou-se por ser um fetiche que mobilizou milhares de interessados na mineração e na comercialização. O *bitcoin*, tal como outras criptomoedas, constituiu o mais recente integrante do rol do capital fictício. As primeiras unidades foram vendidas por poucos centavos de dólar. Em pouco mais de uma década, o preço passou os estratosféricos 60 mil dólares. Nesse tempo, consumiu milhares de unidades de equipamentos e milhões de *megawatts* de energia, além de um tempo de trabalho considerável, não só no próprio processo de criação e circulação, mas por todo o aparato que foi criado na mídia. Um gigantesco desperdício em termos sociais, pois, a rigor, além de inútil, ele só tem servido de fundamento como mais um elemento para a especulação financeira. Sem contar a lavagem internacional de dinheiro, a fuga dos sistemas tributários e até fuga de capitais. Com isso, naturalmente enriqueceu um grupo dos que estão participando, mas empobreceu uma enorme massa de incautos que acreditaram em um enriquecimento rápido.

Em El Salvador não deverá ser diferente. Uma pequena parcela dos mais ricos da população pode enriquecer ainda mais, se conseguirem exercer adequadamente o papel de especulador. A maioria da população, os mais pobres, cairá nas malhas da especulação e, provavelmente, acabará perdendo o que tiver “investido” nesse novo fetiche.



Paulo Nakatani é professor titular de economia da UFES.



Rosa Maria Marques é professora titular de economia da PUC-SP.

O novo mundo do trabalho promove a velha precarização

Clemente Ganz Lúcio

O mundo do trabalho está sempre em mudança porque, ao longo da história, as transformações do sistema produtivo são permanentes e decorrem de inovações tecnológicas que abrem continuamente oportunidades de alterar a forma de trabalhar e produzir; porque as empresas

querem ter mais vantagens na competição, buscam novos mercados e mais lucro; porque novos produtos e serviços são criados, entre outros motivos. Há situações históricas nas quais essas transformações são profundas e disruptivas em toda a estrutura, nos fluxos do sistema produtivo e na própria base do sistema econômico, contexto que a literatura denomina de re-

volução industrial, e na qual novas tecnologias criam possibilidades inéditas para combinar capital e trabalho nos processos de produção. O que se destaca no tempo histórico presente é que a quarta revolução industrial se caracteriza por acelerar ainda mais a velocidade das transformações, estender e abranger todos os setores e atividades econômicas, ganhando in-



É preciso inovar na forma de organização sindical para que se supere a fragmentação das categorias. Há que inovar na proteção com mecanismos universais de garantia de emprego e renda e de incentivo à atualização profissional continuada, reduzindo a jornada de trabalho e oferecendo empregos de qualidade para todos. Tais iniciativas devem ser implantadas juntamente com políticas de proteção e promoção social e ambiental

tensidade e simultaneidade inéditas.

INOVAÇÃO ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Máquinas e ferramentas, divisão social do trabalho, organização econômica, entre outros, são inteligência e trabalho humano materializados em coisas e em relações sociais. A inteligência humana não cessa de criar inovações que carre-

gam transformações, aportam soluções e geram novos problemas. O período de uma revolução tecnológica processa um salto cognitivo que rompe com um paradigma produtivo, criando as bases de um novo paradigma. Vivemos essa experiência, muitas vezes imposta, de vários saltos disruptivos simultâneos em velocidade que difunde um sentimento de impermanên-

cia e de efemeridade. A impressão que se tem é a de que as respostas chegam sempre atrasadas, ou não estão sintonizadas com o novo padrão que ganha hegemonia, ou são adequadas a um mundo em declínio ou que desaparece.

Novas possibilidades de geração de energia solar e eólica, de comunicação sem cabramento e em tempo real, e de meios de

transporte abrem novas oportunidades de negócios, novas estratégias de localização das plantas e de coordenação mundial e regional da produção. Comunicação e inteligência artificial expandem os mais variados usos das tecnologias para todas as atividades em todos os setores da economia, criando ocupações de todos os tipos.

A transição da propriedade das empresas acelera mudanças na gestão, inclusive da força de trabalho. A lógica do ganho financeiro aplicada à gestão da empresa cria metas de curto prazo em termos de retorno aos acionistas, pressionando a redução do custo do trabalho e todas as formas espúrias de incremento da produtividade via precarização laboral. A privatização das empresas públicas também impacta os empregos e o sistema de relações de trabalho.

A pressão neoliberal para desregular as relações de trabalho, flexibilizar formas de contratação, jornada de trabalho e salários prevalece no desmonte do papel protetivo do Estado e nos ataques aos sindicatos, às negociações coletivas, enaltecendo a relação direta entre o patrão e o empregado. A desindustrialização precoce da economia elimina os melhores empregos e debilita uma dinâmica virtuosa de incremento da produtividade que deveria difundir inovação, ampliar bons empregos e fazer crescer os salários. O ataque às políticas públicas e aos trabalhadores do setor público afetam seus empregos.

Há também mudanças culturais fundamentais no sentido da igualdade entre homens e mulheres, na forma de exercer a liberdade aplicada em diferentes escolhas para a vida, na forma como as pessoas se inserem na economia, no acesso e circulação das informações e do conhecimento. A expectativa de vida aumenta e ocorre a queda da taxa de natalidade. Tudo isso impacta a organização da sociedade e as relações sociais, com novas demandas de serviços e produtos e inovadoras ofertas que aumentam a cada dia.

PANDEMIA E DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A globalização e a terceirização mundial da indústria para o Leste Asiático já vinha sendo questionada e, com a pandemia, acentuaram as iniciativas de reindustrialização das economias como parte das estratégias de segurança nacional. É pro-

A lógica do ganho financeiro aplicada à gestão da empresa cria metas de curto prazo em termos de retorno aos acionistas, pressionando a redução do custo do trabalho e todas as formas espúrias de incremento da produtividade via precarização laboral. A pressão neoliberal para desregular as relações de trabalho, flexibilizar formas de contratação, jornada de trabalho e salários prevalece no desmonte do papel protetivo do Estado e nos ataques aos sindicatos, às negociações coletivas, enaltecendo a relação direta entre o patrão e o empregado

vável que as cadeias produtivas terão elos mais curtos e redistribuídos no planeta, sendo a dimensão nacional um elemento importante nas realocações das empresas multinacionais.

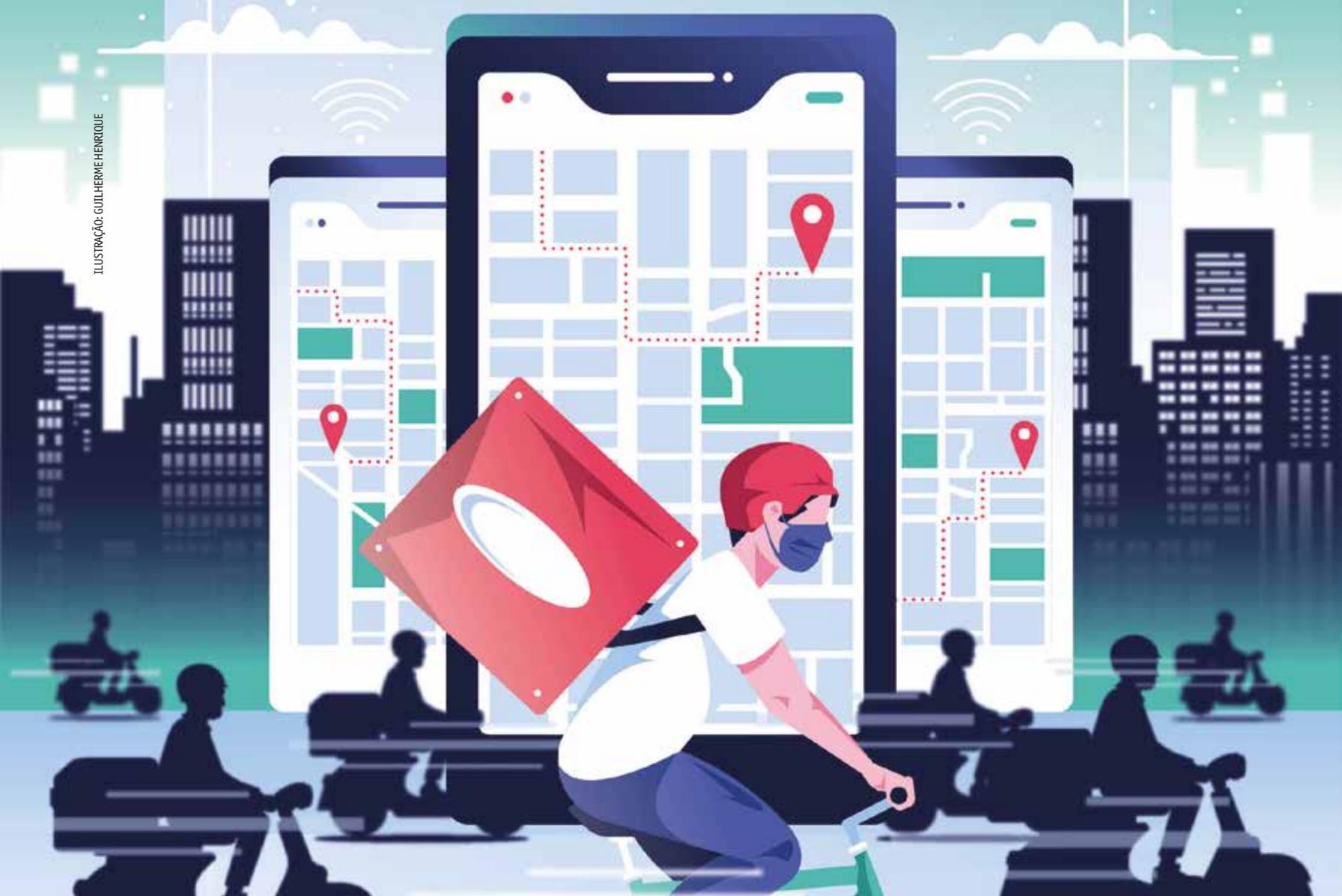
Nesse contexto, ainda há a crise ambiental que está alterando o clima e colocando em risco todas as formas de vida no planeta, contaminando o solo, o ar, a água, exigindo também respostas inovadoras que afetam todo o sistema produtivo.

Em decorrência dessa dinâmica que revolve o sistema produtivo, o mundo do trabalho também passa por múltiplas e profundas transformações com intensos impactos sobre os empregos e as formas de ocupação laboral; sobre a quantidade, os tipos e os conteúdos dos postos de trabalho. Passa também sobre as profissões, seus conteúdos e a pertinência da sua existência; sobre os conteúdos, métodos e atualização da educação e formação profissional; sobre as habilidades necessárias para trabalhar nos novos contextos; sobre as formas de contratação e de inserção laboral. Estas passam pelo assalariamento clássico, às várias formas de trabalho autônomo e por conta própria, ao contrato intermitente, por prazo determinado ou eventual, aos vínculos mediados por plataformas e aplicativos, a pejotização, uberização, entre outros; a ampla flexibilidade da jornada de trabalho; sobre diferentes formas e critérios de remuneração e de direitos laborais; a ampliação da desproteção laboral, social, previdenciária e sindical. Rotatividade, informalidade, múltiplos vínculos laborais, vulnerabilidade, precarização, adoecimentos, medo, insegurança, estresse, ansiedade e depressão caracterizam esse novo mundo do trabalho.

Essas transformações ganham rapidamente dimensões globalizadas. A crise sanitária da Covid-19 impactou a economia em todo o planeta e gerou medidas que aceleraram essas modificações.

PRECARIZAÇÃO NO BRASIL

Esse processo se materializa no Brasil sobre uma estrutura ocupacional heterogênea e desigual. Em um extremo há um grupo de trabalhadores empregados com proteção laboral, social, previdenciária e sindical, contingente que vem diminuindo. No outro extremo há um grupo de ocupados sem nenhuma dessas proteções



e que cresce. Entre ambos a ocupação ou emprego oscilam com empregos de baixa qualidade e inseguros, ou pressionando pelo altíssimo desemprego, as várias formas de ocupação precária.

A Reforma Trabalhista iniciada em 2017 e em contínua expansão, inclusive durante a pandemia, fez legalizar esse movimento precarizante, enunciando mais uma vez, de maneira falaciosa, que rebaixar o custo do trabalho, arrochar

salários e direitos seria o único caminho para gerar postos de trabalho, legalizando, dessa forma, a desproteção geral e precarização permanente.

Mudar esse quadro requer sintonizar um projeto de desenvolvimento nacional que articule a inovação tecnológica, em todas as suas dimensões, com a perspectiva de ocupação laboral para todos e com qualidade nos postos de trabalho, atualização profissional permanente, com sistema

sindical para representação coletiva para promover a regulação das relações laborais e inserções ocupacionais com proteção universal, social e previdenciária. Há que inovar na forma de organização sindical, de alta agregação setorial de representação que supere a fragmentação das categorias. Há que inovar na proteção com mecanismos universais de garantia de emprego e renda e de incentivo à atualização profissional continuada. Reduzir a jornada de trabalho distribuindo com empregos de qualidade para todos. Tributação progressiva que financie políticas públicas universais executadas com controle e participação social. Há que inovar com políticas de proteção e promoção social e ambiental, nas quais os cuidados do outro e do ambiente se constituirão em atividades laborais das mais valorizadas.

A Reforma Trabalhista iniciada em 2017 e em contínua expansão, inclusive durante a pandemia, fez legalizar um movimento precarizante, enunciando mais uma vez, de maneira falaciosa, que rebaixar o custo do trabalho, arrochar salários e direitos seria o único caminho para gerar postos de trabalho, legalizando, dessa forma, a desproteção geral e precarização permanente



Clemente Ganz
Lúcio é sociólogo,
consultor sindical e
assessor do Fórum
das Centrais Sindi-

cais. Ex-diretor técnico do DIEESE (2004/2020) (2clemente@uol.com.br).

Informalidade e criminalização do trabalhador ambulante

MARCELO CAMARGO / AGENCIA BRASIL

O camelô integra uma classe empobrecida, refém de uma política trabalhista ultraliberal, na qual o processo de precarização do trabalho termina por desembocar na criminalização

José Afrânio A. de Santana Filho

O fenômeno da “precarização”, sobretudo no que Ricardo Antunes¹ entende a partir da “nova morfologia do trabalho”, diz respeito ao processo de informalização do trabalho, ou seja, na falta de contratação ou regulamentação nas relações de emprego. Para o referido autor, a ideia é de que a informalização amplia e intensifica a forma como o trabalho produz valor, desencadeando um movimento estrutural, precarizando outras categorias do trabalho que não necessariamente são informais, mas que também sofreram com o processo supracitado.

Sobre esse processo de insegurança nas relações de trabalho, é importante verificar que a reforma trabalhista de 2017 foi um forte catalizador, sobretudo no que tange ao aumento da informalidade e na estagnação da criação de novos em-

pregos. Esses resultados são o completo oposto daquilo que fora divulgado como proposta, que era justamente de incentivar a contratação e, portanto, diminuir a informalidade. Isso é verificado a partir da pesquisa desenvolvida pelo IBGE/PNAD, 2019 (realizada dois anos após a reforma).

Em estados do Nordeste, a exemplo de Alagoas, em 2019 (ano em que ainda não se falava da pandemia da Covid-19) a taxa de informalidade atingiu 47,2%, superando a média nacional, também crescente, de 41,1%.

COMÉRCIO AMBULANTE

Assim, é diante desse cenário nacional de insegurança trabalhista e de aumento da informalidade que muitos encontram na camelotagem (uma forma de exercer o trabalho informal) a maneira de prover minimamente seu sustento e de seus familiares. Essa atividade é regulamentada pelo município em que é desenvolvida, justamente porque não se trata, na maioria das vezes, de um trabalhador que

presta serviço para alguma empresa (com vínculo empregatício), mas de alguém que em função desse processo estrutural de insegurança trabalhista está entregue à própria sorte, sobrevivendo da venda de suas mercadorias.

Dessa forma, essa regulamentação municipal é realizada a partir de uma secretaria que emite um documento chamado de “título administrativo, unilateral e discricionário”. Este consiste na licença expedida pelo município para que o trabalhador exerça as atividades.

Mas, o que de fato é um título administrativo unilateral, precário e discricionário? Bem, recorrendo ao direito administrativo, conforme preleciona o professor Carvalho Filho², percebemos que se trata de uma licença para que o trabalhador exerça suas atividades, mas que poderá ser cancelada a qualquer tempo e por qualquer tipo de fundamentação da au-

1 ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital*. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

2 CARVALHO, José dos Santos Filho. *Manual de Direito Administrativo*. 33 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

toridade responsável, sem que o trabalhador ambulante possa reclamar qualquer natureza de direito ou garantia após essa revogação. Em outras palavras, é como se o camelô enfrentasse mais uma etapa da precarização do trabalho. Além das moléstias da informalidade e do trabalho em si (posto que não possui horário fixo, pois em geral são trabalhadores de baixa qualificação, e têm sua atividade pautada especialmente pelo esforço físico), sofre com a incerteza da revogação da sua licença, que pode culminar em ilegalidade da atividade de camelô, na apreensão das mercadorias e até na prisão, como já existem exemplos.

POTENCIAL TRANSGRESSOR

É nesse sentido que o professor LÊNIN PIRES³ dirá que a concessão dessa licença confere ao ambulante o predicado de “potencial transgressor”, posto que essas regulamentações terminam por serem arbitrárias, de modo que o âmbito decisório da secretaria municipal acaba desaguardando na própria noção de desconfiança, apresentando o camelô como um desvianante em potencial.

O outro lado desse processo, refere-se à militarização que compreende a própria guarda municipal, que, não obstante ao que fora previsto no Estatuto, enquanto prerrogativa de prevenção de atividades violentas e preservação do patrimônio municipal, na prática, aparece mais como um braço armado da ostensividade vigilante, que desemboca, por vezes, na criminalização, do que como provedores da urbanidade. Não raro observamos agentes policiais de segurança na condição de secretários municipais, a frente dessas pastas, endossando a perspectiva de vigilância desses trabalhadores, praticando enquadro, apreensão de mercadorias e até prisões.

Considerando o cenário atual de pandemia, é possível, em nível de hipótese, imaginar que todo esse cenário se adensou. Especialmente, no caso dos trabalhadores informais, com a impossibilidade de exercer as atividades de modo remoto e a insuficiência do auxílio emergencial e demais políticas públicas sanitárias, tiveram que voltar às ruas, violando, inclusive, os decretos estaduais e municipais que proi-

3 PIRES, Lenin. *Esculhamba, mas não esculacha!* Uma etnografia dos usos dos trens urbanos da central do Brasil. Niterói: editora da UFF, 2011.

Além das moléstias da informalidade e do seu trabalho em si, o camelô sofre com a incerteza da revogação da sua licença, que pode culminar em ilegalidade da atividade, na apreensão das mercadorias e até na prisão, como já existem exemplos

biam esse tipo de comércio. Ao violar esses decretos os camelôs incorrem em mais um ilícito que, termina por configurar, possivelmente, mais uma etapa na precarização do trabalho dessa classe.

É assim que o cantor e compositor de reggae baiano, Edson Gomes, expressa bem o sentimento do trabalhador ambulante quando em sua canção intitulada “camelô” diz: “Olha doutor, podemos rever a situação, pare a polícia, ela não é a solução”, expressando a força ostensiva que recai sobre essa atividade ambulante de comércio. Nesse sentido, segue o referido cantor dizendo: “Não sou ninguém e não tenho pra quem apelar”, que também é muito expressivo da insegurança que passa um trabalhador ambulante, sobretudo no que se refere ao título administrativo precário, que pode ser revogado sobre qualquer fundamento. Ainda nesse contexto, o cantor diz: “quando a polícia cai em cima de mim até parece que sou fera”, trecho bem expositivo da truculên-

cia policial, da abordagem e da prisão que, infelizmente, tem sido menos rara.

RISCOS SANITÁRIOS

A pandemia da Covid-19, potencializada pela péssima e negacionista gestão, principalmente por parte do executivo federal (não ocultando a má condução dos prefeitos e governadores), coloca para classes tão precarizadas, a exemplo dos camelôs, riscos financeiros e sanitários determinantes. Além disso, riscos relativos à criminalização no que tange à perseguição e prisão dessas pessoas, uma vez que existem exemplos concretos de prisões feitas justamente a partir da vigilância municipal exercida sobre essa classe de trabalhadores.

Sobre essa forma de fazer política dos espaços públicos, o pesquisador Carlysson Alexandre⁴ estudou a forma como o medo pode se transformar em política de inimizade. O referido pesquisador, em sua dissertação, concluiu que as categorias do “medo” e da “insegurança”, principalmente nos espaços públicos, possuem estreita ligação à pobreza. Nesse sentido, as políticas públicas municipais carregariam em seu bojo a vigilância e a criminalização a fim de “proteger” ou “separar” os “bons cidadãos” daqueles que são perigosos (a exemplo da classe de trabalhadores empobrecida dos camelôs). Assim, é dessa maneira que o Estado institui um inimigo, uma figura que não pode integrar os espaços públicos, sobre a qual não se pode confiar ou dar-lhe qualquer forma de segurança para permanecer nesses espaços sem que seja vigiada e perseguida.

O camelô se insere justamente nesse registro. Trata-se de uma classe empobrecida, refém de uma política trabalhista ultraliberal precarizante, com baixa qualificação profissional e baixa renda, na qual o processo de precarização do trabalho termina por desembocar na criminalização.

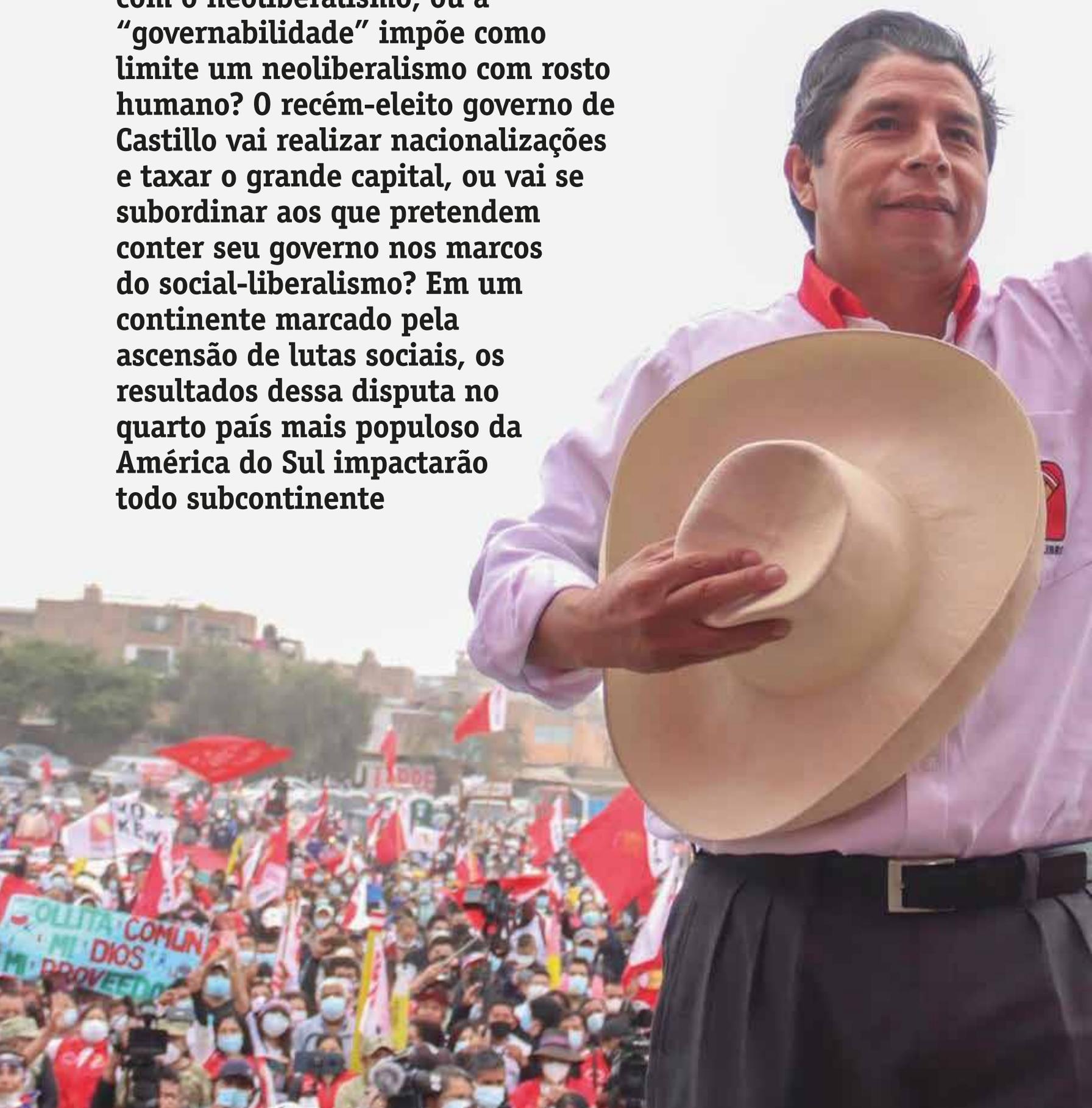
4 GOMES, Carlysson Alexandre Rangel. *Discursos de medo e insegurança como produtores de exclusão e segregação no espaço urbano*. Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de pós-Graduação em psicologia. Maceió, 2019.



José Afrânio Alves de Santana Filho é membro da Executiva do PSOL-Maceió e estudante de Direito

Pedro Castillo e os impasses de **um governo de esquerda no Peru**

É possível efetivamente romper com o neoliberalismo, ou a “governabilidade” impõe como limite um neoliberalismo com rosto humano? O recém-eleito governo de Castillo vai realizar nacionalizações e taxar o grande capital, ou vai se subordinar aos que pretendem conter seu governo nos marcos do social-liberalismo? Em um continente marcado pela ascensão de lutas sociais, os resultados dessa disputa no quarto país mais populoso da América do Sul impactarão todo subcontinente





FACEBOOK DE PEDRO CASTILLO

Gilberto Calil

A vitória do professor Pedro Castillo nas eleições presidenciais peruanas foi inegavelmente uma grande surpresa. Seu partido, o Peru Libre (que se autodefine como “marxista-leninista-mariateguista” e como uma “esquerda do campo” que expressa o “Peru profundo”¹) tinha obtido 3,4% dos votos nas eleições parlamentares de 2020, seu melhor resultado até então. A principal liderança do Peru Libre, o médico e ex-governador de Junín, Vladimir Cerrón, viu-se impedido de concorrer, acusado de corrupção.

A atenção dos setores progressistas se dirigia mais ao Nuevo Peru, partido de centro-esquerda conduzido por Verónica Mendoza, que tivera 18,8% dos votos em 2016 e, em um contexto de profunda crise política, marcada por acusações de corrupção contra os principais partidos, despontava como alternativa viável para romper o longo domínio da direita sobre o poder político no país², ainda que já antecipasse compromissos com a manutenção de uma política econômica neoliberal.

No entanto, Castillo, em uma eleição muito fragmentada, despontou vitorioso no primeiro turno, com 18,9%, seguido por quatro candidatos de direita: a filha do ditador, Keiko Fujimori (13,4%), o “Bolsonaro peruano” Rafael López Aliaga (11,7%), o tecnocrata ultraneoliberal Hernando de Soto (11,6%) e o populista de direita Yonhy Lescano (9,1%). Verónica Mendoza, do Nuevo Peru, ficou apenas em sexto lugar, com 7,9%. O Peru Libre elegeu também a maior bancada, com 37 integrantes entre os 130 eleitos (28,5%).

UM CONTINENTE EM CRISE, UM PAÍS EM CRISE

A atual crise mundial impacta fortemente a América Latina. Há uma década, era possível distinguir três modelos de governos claramente distintos: os neoliberais conservadores (México, Peru, Colômbia), os governos *progressistas* social-liberais (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile) e os governos nacionalistas (Venezuela, Bolí-

1 https://es.wikipedia.org/wiki/Per%C3%BA_Libre

2 <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/07/quem-e-veronika-mendoza-candidata-de-40-anos-que-desafia-a-direita-no-peru>

via, Equador). As vitórias de Macri (Argentina), Piñera (Chile) e Bolsonaro (Brasil) sugeriam um deslocamento à direita. Mas logo a insurreição indígena no Equador, o *estalido social* chileno, o *paro nacional* colombiano e as vitórias eleitorais da centro-esquerda no México e Argentina mostrariam que a situação é mais complexa e que a crise impacta os diferentes projetos de gestão capitalista na região.

As políticas neoliberais, com ou sem “rosto humano”, produzem intensa instabilidade por todo lado, e a margem de manobra dos poucos governos nacionalistas é muito reduzida.

A pandemia agravou ainda mais a situação e produziu efeitos especialmente dramáticos no Peru, um país assolado pelo desmonte das já reduzidas políticas públicas ao longo da década de ditadura fujimorista (1990-2000) e das duas décadas de governos neoliberais e corruptos que se seguiram. É nesse quadro que o país contabiliza quase 200 mil mortes - a maior média de mortes por milhão do mundo (5.865 em 31/7), mais de dez vezes superior à média mundial (542) -, fruto da insuficiência das políticas públicas e da crença insana da obtenção de “imunidade de rebanho” por meio da contaminação generalizada. A prisão de vários ex-presidentes acusados de corrupção e o suicídio de Alan García (do outrora progressista PARA, Aliança Popular Revolucionária Americana) produziram uma crise orgânica, que se expressa no fato de que os quatro candidatos mais votados integram formações políticas recentes e no pior resultado da história do tradicional APRA, com os 9.1% obtidos por Yonhy Lescano.

ECOS DE MARIÁTEGUI

Sete ensaios de interpretação da realidade peruana, o incontornável livro de José Carlos Mariátegui (1894-1930), foi publicado há 93 anos e é considerado, com justiça, a primeira grande investigação marxista da realidade latino-americana. A crítica à debilidade e subordinação da burguesia peruana, a análise da fratura produzida entre a capital e o interior e entre o litoral e a *sierra*, e a reflexão sobre a importância do racismo e da questão indígena, estão entre os temas centrais da problemática mariáteguiana, e sua atualidade salta aos olhos quando observamos a recente eleição peruana.

A atual crise mundial impacta fortemente a América Latina. A insurreição indígena no Equador, o *estalido social* chileno, o *paro nacional* colombiano e as vitórias eleitorais da centro-esquerda no México e Argentina mostraram que a crise impacta os diferentes projetos de gestão capitalista na região. As políticas neoliberais, com ou sem “rosto humano”, produzem intensa instabilidade por todo lado



MORGANA MARGAS LLOSA / EL PAÍS

O resultado eleitoral expressa claramente a fratura entre o litoral e a *sierra*. O equilíbrio observado nos votos totais (50,13% para Castillo e 49,87% para Keiko, uma diferença de apenas 44 mil votos), desfaz-se quando observamos a distribuição regional. Keiko fez 64% no departamento de Lima (atingindo 85% no bairro abastado de Miraflores) e 67% em Callao. Lima e Callao concentram um terço do eleitorado, e deram a Keiko uma vantagem de 2 milhões de votos. Ela venceu com folga também no exterior, com 66%. No interior do país, no entanto, Keiko venceu, por margens mais reduzidas, em apenas sete departamentos (cinco deles litorâneos e dois amazônicos, enquanto Castillo venceu em 16 departamentos, quase todos na região andina, sendo que em nove deles teve mais de 70% dos votos: Puno (89%), Huancavelica (85%), Cusco (83%), Ayacucho (83%),



Apurímac (81%), Moquegua (73%), Tacna (73%), Cajamarca (71%) e Madre de Dios (71%). Em alguns distritos, ultrapassou 95% dos votos.

Para além das divisões Lima X Interior e Litoral X *Sierra*, observa-se também uma expressiva diferença no interior das províncias entre as cidades maiores e a zona rural. Em Arequipa, por exemplo, embora Castillo tenha vencido com 65% no departamento, obteve apenas 41% no distrito capital. Claramente, portanto, a vitória de Castillo é produto do voto andino, indígena e rural. Uma candidatura ausente das redes sociais e praticamente desconhecida dos limenhos, que surpreendeu a “sociedade civil”, mas que conseguiu se identificar com o “Peru profundo”.

Matiátegui apontava que a elite limenha e os setores médios urbanos desprezavam profundamente a identidade indígena,

e isso comprovou-se uma vez mais com a escalada de manifestações racistas que pretendiam desqualificar os eleitores de Castillo como ignorantes e ineptos. Castil-

lo foi capaz de produzir uma forte identificação simbólica com esses setores, além de expressar suas reivindicações concretas em um programa que se apresentava

A pandemia produziu efeitos especialmente dramáticos no Peru, um país assolado pelo desmonte das já reduzidas políticas públicas ao longo da década de ditadura fujimorista (1990-2000) e das duas décadas de governos neoliberais e corruptos que se seguiram

Sete ensaios de interpretação da realidade peruana, de José Carlos Mariátegui (1894-1930) é considerada a primeira grande investigação marxista da realidade latino-americana. A análise da fratura produzida entre a capital e o interior e entre o litoral e a *sierra*, e a reflexão sobre a importância do racismo e da questão indígena são seus temas centrais. A divisão está presente na recente eleição peruana. O resultado eleitoral expressa claramente a fratura entre o litoral e a *sierra*.



LA REPÚBLICA

como nacionalista radical, ainda que isso tenha sido amenizado no segundo turno.

VITÓRIA ELEITORAL, LUTA PELA POSSE E NOVOS IMPASSES

O segundo turno colocava dificuldades adicionais. O peso eleitoral de Lima e Callao, a unificação das candidaturas de direita em torno da filha do ditador e uma agressiva campanha anticomunista dos principais meios de comunicação fizeram diminuir uma vantagem que era expressiva nas primeiras pesquisas. Não faltou sequer um estranho atentado atribuído ao Sendero Luminoso, utilizado pela grande mídia para ampliar o pânico contra Castillo.

Nesse contexto, a alternativa que restava para tentar minimizar a diferença pró-

-Keiko nas maiores cidades era a aliança com o Nuevo Peru. Para isso, Castillo teve que assumir uma série de compromissos, moderando o programa econômico e aceitando a indicação de um economista vinculado ao Banco Mundial (Pedro Francke) como Assessor Econômico. Já então alguns críticos indicavam que a vitória de Castillo poderia produzir um governo de continuidade neoliberal.³

A escassa margem de votos da vitória de Castillo no segundo turno colocou no cenário a possibilidade de um golpe, explicitamente defendido por Keiko, e que poderia se concretizar com a anulação

³ https://resistir.info/chossudovsky/peru_13jun21.html



Pedro Castillo e Guido Bellido, presidente do Conselho de Ministros

de algumas atas eleitorais do interior. Tal contexto pressionava Castillo a novos recuos para garantir “governabilidade”, mas foram as mobilizações camponesas por todo país que inviabilizaram a concretização da ruptura institucional. A oficialização da vitória se deu em 19 de julho, apenas nove dias antes da posse.

Permanece, no entanto, a questão chave: é possível efetivamente romper com o neoliberalismo, ou a “governabilidade” impõe como limite um neoliberalismo com rosto humano, nos moldes do social-liberalismo? Pedro Francke foi indicado Ministro da Economia, e a composição do governo parecia confirmar um recuo das posições mais radicais. Porém, de última hora e surpreendendo muitos de seus

aliados, Castillo nomeou um primeiro-ministro tido como radical, Guido Bellido. Parlamentar do Peru Libre e politicamente próximo a Vladimir Cerrón, Bellido foi ferozmente atacado, não apenas pela direita peruana e pela grande mídia, mas também por muitos aliados de Castillo, como se vê na cobertura hostil do diário progressista *La Republica* e, sobretudo, na momentânea recusa de Pedro Francke e de Aníbal Torre (indicado para o Ministério da Justiça) em tomarem posse, em repúdio à escolha de Bellido.

Para além de críticas justas a declarações machistas e homofóbicas de Bellido, o que parece estar em jogo é se o governo Castillo vai se atrever a realizar nacionalizações e taxar o grande capital, ou se vai

se subordinar aos que pretendem conter o governo nos marcos do social-liberalismo.

Em um continente marcado, uma vez mais, pela ascensão de lutas sociais, os resultados dessa disputa no quarto país mais populoso da América do Sul impactarão todo subcontinente.



Gilberto Calil é professor de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e editor da Revista História & Luta de Classes.

Meio século de veias abertas

Há exatos 50 anos, Eduardo Galeano abria as trilhas vitais da América Latina, expondo a história dos esquecidos - desde a colonização até os dias em que a obra veio à luz. O livro reconta e junta os cacos de uma fragmentada trajetória de 500 anos em que vergonhas e orgulhos se alternam, num ritmo alucinante

Milton Temer

“Para que serve a utopia? Serve para que eu não deixe de caminhar”.

Essa expressão-desabafo serve de prólogo provocativo de uma das teses apresentadas ao VII Congresso do PSOL. A frase não é da lavra dos redatores do documento. Trata-se de uma das geniais frases-sínteses repetidas por Eduardo Galeano (1940-2015), um uruguaio universal, cuja obra maior chega à meia-idade.

Na verdade, a frase também não é dele, mas de um amigo, o diretor de cinema argentino Fernando Birri. Ela se perderia numa conversa entre os dois, se Galeano não a tivesse espalhado pelo mundo, fazendo com que muitos a considerem sua. Galeano era isso, um contador e processador de histórias meio perdidas, que seu verbo genial tornou quase marca de uma América Latina que busca falar com o mundo e consigo mesma.

Há exatos 50 anos, Galeano abria as

veias da América Latina, expondo a história dos esquecidos - desde a colonização até os dias em que a obra veio à luz. O livro reconta e junta os cacos de uma história fragmentada de 500 anos em que vergonhas e orgulhos se alternam, num ritmo alucinante. A frase do início deste texto também embute uma pequena história, que aqui vai por inteiro. “A utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por



“Seguindo a voz de quem manda, os países do Sul do mundo devem acreditar na *liberdade de comércio* (embora não exista), em *honrar a dívida* (embora seja desonrosa), em *atrair investimentos* (embora sejam indignos), e em *entrar no mundo* (embora seja pela porta de serviço)”

mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

OCUPAÇÃO ESTRANGEIRA

As veias abertas da América Latina que, para alguns, só encontra paralelo nos *Cem Anos de Solidão*, de Garcia Márquez, na tradução de tudo o que se viveu nesse continente em séculos de ocupação estrangeira. Documento-ficção ou romance-histórico, é difícil definir, tal a genialida-

de criativa no estilo de seu autor.

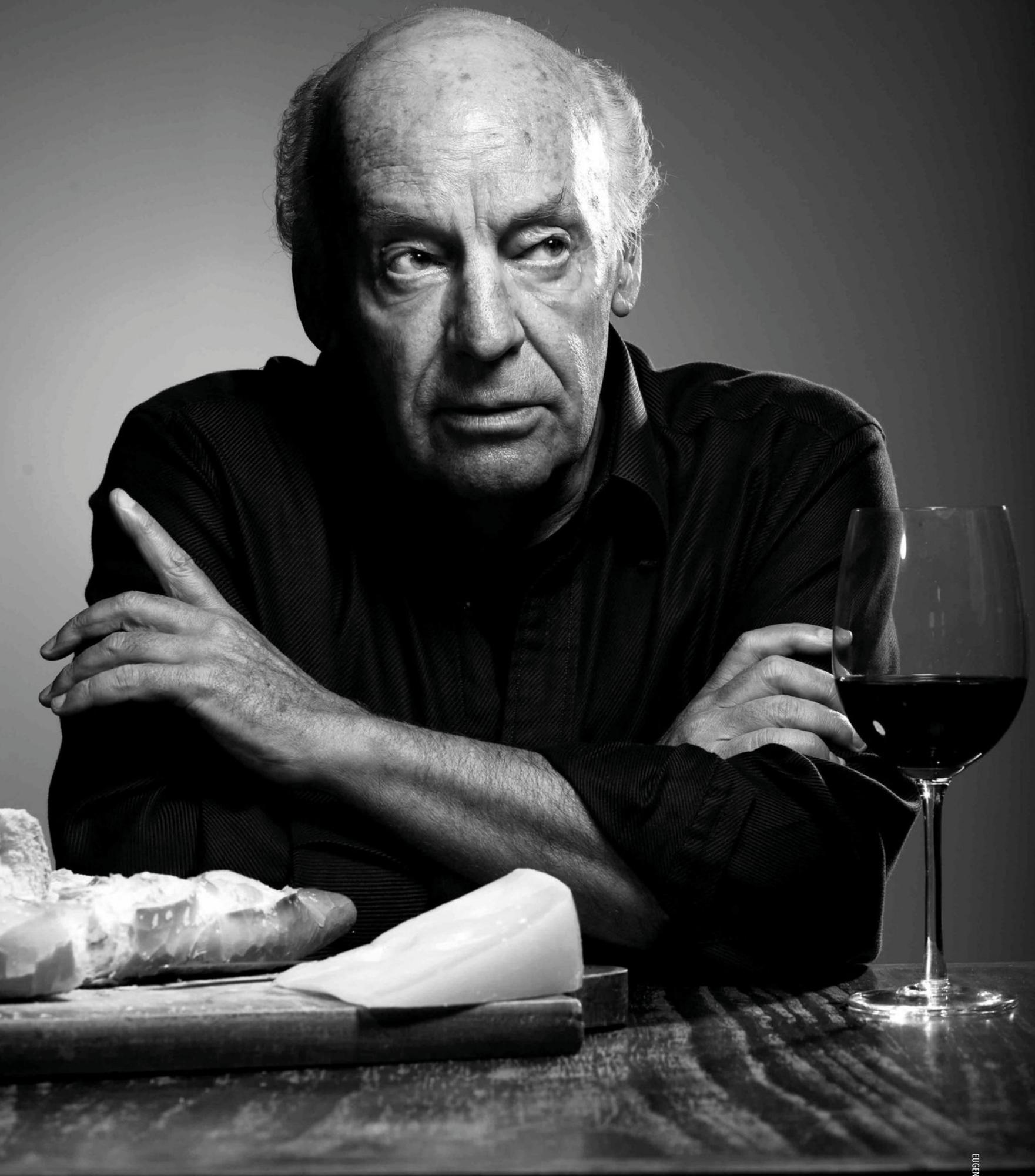
Mas, para quem conviveu com Galeano, sentou com ele em um bar ou em um estúdio de televisão, mergulhou em seus livros posteriores, em seus vídeos com curtas, porém incisivas, observações e formulações, não resta a menor dúvida. Ninguém mais do que ele poderia ter produzido aquela obra, que veio a público, despreziosamente, quando ele mal passava dos 30 anos de idade.

Há versões distintas sobre as suposta-

mente bizarras relações posteriores de Galeano com sua obra magna. Numa das biografias encontradas no *Google*, ele re-negaria o que chamaria de estilo de uma esquerda árida. Para outros, ele nunca teria relido a obra.

Tudo é atropelado, no entanto, pelo prefácio da edição brasileira que a LPM nos presenteou em 2011, celebrando os 40 anos de vida do livro. Fico com este Galeano perene que mais uma vez expõe a capacidade insuperável de síntese na

Eduardo Galeano, a voz
impactante dos esquecidos



reafirmação de tudo o que denunciou na edição original:

Seguindo a voz de quem manda, os países do Sul do mundo devem acreditar na *liberdade de comércio* (embora não exista), em *honrar a dívida* (embora seja desonrosa), em *atrair investimentos* (embora sejam indignos), e em *entrar no mundo* (embora seja pela porta de serviço).

Difícil imaginar que esse trecho seja de alguém que tenha deixado de ter acordo com o que escreveu em 1971, tal a semelhança de intensidade e contundência de acusação em tão poucas linhas.

Fico com o Galeano que escreveu e sempre se manteve no rumo político e intelectual do *Las venas abiertas de América Latina*.

AMIZADE MARCANTE

Esse Galeano imprevisível, mas retilíneo nos fundamentos foi aquele que conheci na casa de Arthur José Poerner, amigo comum e um dos citados como pessoa fundamental para que o livro se tornasse realidade. Arthur Poerner, jornalista fecundo, meu colega de Colégio Naval, e um dos responsáveis pelo meu mergulho no jornalismo posterior à cassação como oficial de Marinha legalista, após o golpe de 1964. Em sua vasta produção, consta o primeiro levantamento histórico sobre o movimento estudantil brasileiro, *O poder jovem*. Iniciei ali uma amizade com Galeano, a quem mais tarde vim a entrevistar em programa político que dirigia e apresentava na TVE, nos anos 1980, e de quem recebi apoio escrito na candidatura de Senador em 2014.

Foi com a parceria, inclusive, que vivi um dos momentos importantes de minha vida jornalística. Vivíamos o ano de 1972, quando um contrato rompido com a Bloch Editores me propiciou uma aventura política continental, a bordo de um Fusca, no ano seguinte. Estabeleci uma rota que se iniciava pelo Uruguai e continuava na Argentina, Chile e Peru. Em Buenos Aires, Pablo Piacentini, jornalista importante do *Clarín*, colocou-me em contato com os Montoneros, então legais, no governo de Héctor Cámpora. Dalí, passei para o Chile a partir de Bariloche, numa viagem que terminou no Peru, dos militares nacionalistas no governo Alvarado, onde entrevistei o chefe das Forças Armadas, General Maldonado.

Do Brasil ao Chile, passando por outros países do continente; conversando com presidentes, ou se internando entre as nações indígenas da Bolívia, Galeano sempre está na intimidade do que depois coloca em texto. Da imaginação às tradições culturais, nada escapa às percepções irrefreáveis de um desbravador da história

Pois bem, e voltando ao grão. Em Montevideu, foi com Galeano que passei os dias de contatos políticos terminados em entrevista com o General Liber Seregni, democrata nacionalista, que seria apresentado como candidato à presidência da República pela Frente Ampla, nascida um ano antes e também celebrando o cinquentenário neste 2021. Seregni seria preso pela ditadura que se instalara em seguida (1973-85). Quando cheguei a Santiago, pude reencontrar Salvador Allende, já presidente, que me fora apresentado anos antes pelo próprio Galeano em Mon-

tevidéu, durante uma viagem turística. Por que faço esse relato pessoal?

CIDADÃO INTERNACIONAL

Porque eles comprovam, para mim, o cidadão internacional injetado em Galeano. Do Brasil ao Chile, passando por outros países do continente; conversando com presidentes, ou se internando entre as nações indígenas da Bolívia, ele sempre está na intimidade do que depois coloca em texto.

Quem quiser qualificar Galeano ideologicamente terá dificuldades em fazê-lo se procurar alguma declaração autodefinidora. Mas poucos revolucionários da esquerda radical continental terão feito tão eficaz denúncia do capitalismo como a origem de todas as sequelas e desigualdades sociais, segundo uma leitura materialista dialética da história, na qual em momento algum se veta a citação de credos e religiosidades. Ou seja, a contestação ao capitalismo vai bem mais longe do que a recuperação do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais delas consequentes. Da imaginação às tradições culturais, nada escapa às percepções irrefreáveis de um desbravador da História.

A história da luta de classes no continente é mostrada em sua origem no *Veias abertas*, a partir dos colonizadores. Inclusive mostrando como, em condições de inferioridade militar, conseguiram se impor sobre as nações Incas, Aztecas e Maias, dando início a um processo de rapinagem de minerais valiosos que se estendeu por séculos, e desempenhou papel fundamental na acumulação primitiva do regime capitalista na Europa.

A partir desses primeiros passos, passando pelos períodos posteriores, não só no continente espanhol como na realidade da colonização brasileira, Galeano nos abre a estrada que denuncia a esteira nada original – repetida na África – genocídios e eliminação de patriotas rebeldes contra essa dominação. Relê-lo é para mim como retomar uma longa conversa interrompida em torno de um Tannat.



Milton Temer é jornalista, ex-deputado federal (PT-RJ) e ex-deputado estadual (PSB-RJ).



**Todo dia é
dia de índio**

Assim como a “solução final” nazista projetava a erradicação física de judeus e ciganos, o projeto bolsonariano tem como centro a extinção dos povos indígenas. Se o holocausto nazista se nutria de preconceitos que naturalizavam o extermínio das supostas raças inferiores, a proposta da extrema direita brasileira se apoia num senso comum de uma falsa ideologia do progresso que igualmente naturaliza a desaparecimento dos povos originários

Luiz Arnaldo Campos

As ações desfechadas pelo governo de Jair Bolsonaro contra os povos indígenas não são apenas ataques pontuais. Os objetivos vão além e estão a serviço de uma antiga quimera: a construção de um país onde a presença dos índios seja uma página do passado.

Não foi inventada pelo capitão. Trata-se de uma falácia antiga, anterior a sua presença na Terra. Na década de 1940, ao tirar o visto para o Brasil, o famoso antropólogo francês Claude Lévi-Strauss foi inquirido pelo funcionário da embaixada brasileira que queria saber qual o motivo de sua viagem ao nosso país. Respondeu que queria estudar os povos indígenas e o funcionário afirmou peremptoriamente: no Brasil, não existem mais índios.

Num raciocínio, evidentemente racista, esse amanuense provavelmente estava preocupado em passar a imagem de um Brasil moderno e avançado, portanto sem índios, conforme os padrões da época. Ele antecipava o projeto bolsonariano.

BLITZKRIEG CONTRA OS INDÍGENAS

A atual razia anti-indígena, comandada pelo Palácio do Planalto, tem a cabeça de ponte no projeto de lei 490, que abre os territórios indígenas para o agronegócio, mineração, construção de hidrelétricas e traz embutido o conceito de marco temporal. Segundo esse conceito, só podem ser consideradas indígenas as terras que foram ocupadas pelos povos originários até o dia 5 de outubro de 1988, data de promulgação da atual Constituição. No jargão militar esse raciocínio equivale ao chamado movimento de pinça, utilizado nas manobras de cerco e aniquilamento. Por meio da aplicação do marco temporal, reservas indígenas podem ser canceladas, inclusive os territórios demarcados para as populações em isolamento voluntário, já que é impossível provar onde esses povos nômades estavam em outubro de 1988. Ainda pelo PL, as terras que sobram serão arrebataadas, cedo ou tarde, pela entrada “legalizada” de garimpeiros, empresas de mineração, fazendeiros que rapidamente transformarão os antigos senhores da terra em assalariados de quinta categoria. No ano passado, um repórter da Folha de S. Paulo flagrou as condições em que se encontrava uma aldeia munduru-



FABIO RODRIGUES POZZERON / AGENCIA BRASIL

ku, abduzida pelo garimpo: alcoolismo, prostituição, perda de autoridade por parte do cacique e guarda-costas indígenas para os “donos” do garimpo.

UM PROJETO COLONIAL

Arrebatando as terras e transformar os indígenas em “indivíduos produtivos” é o projeto inicial da colonização brasileira. No Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII, os chamados “descimentos”, deslocavam de maneira forçada os povos das aldeias e os traziam até os burgos urbanos, e aqueles que não eram escravizados eram jogados nas aldeias jesuíticas, os quais perdiam a identidade cultural e se transformavam em ourives, carpinteiros, pedreiros, coureiros, artesãos, trabalhadores braçais e até músicos, tudo para o desfrute da ordem religiosa ou dos colonos que podiam “emprestar” os chamados “bugres”.

Ao longo do século XX, esse projeto foi tendo atualizações: guaranis foram transformados em trabalhadores escravos nas plantações de erva-mate no Sul e Centro-Oeste do Brasil, pankararus viraram vaqueiros no Nordeste e ashaninkas, compulsoriamente, se transmutaram em seringueiros, na Amazônia. Nesse processo, um complemento indispensável foi o desencorajamento e a proibição do uso das línguas originais de cada povo, num processo de acaboclamento, que em última instância, significa extinção. Como diria Darcy Ribeiro: “caboclo é o índio que perdeu a tribo”.

A chave da questão é o território. Ainda que um indígena, mesmo sem falar o idioma original e vivendo na cidade, permaneça indígena é fato que o desaparecimento do espaço físico onde os ancestrais viveram, falaram sua língua e exercitaram sua cultura, acelera enormemente a desaparecimento de sua etnia, num processo já visto várias vezes, no Brasil.

Assim, como a “solução final” nazista projetava a erradicação física de judeus e ciganos, o projeto bolsonariano tem como centro a extinção dos povos indígenas. Se o holocausto nazista se nutria de preconceitos que naturalizavam o extermínio das raças inferiores, a proposta bolsonarista se apoia num senso comum da ideologia do progresso que igualmente naturaliza a desaparecimento dos povos originários. Segundo tal consenso, o indígena é um primitivo e como tal deve desapare-

A atual razia anti-indígena, comandada pelo Palácio do Planalto, tem a cabeça de ponte no Projeto de Lei 490, que abre os territórios indígenas para o agronegócio, mineração, construção de hidrelétricas e traz embutido o conceito de marco temporal. Segundo esse conceito, só podem ser consideradas indígenas as terras que foram ocupadas pelos povos originários até o dia 5 de outubro de 1988, data de promulgação da atual Constituição

cer como os pitencantropos e os neandertais, engolfados pela maré irresistível da civilização. O próprio Marechal Rondon, defensor dos índios, fundador do indianismo no Brasil e ele mesmo, um bororo, também projetava a diluição dos indígenas na identidade geral de brasileiro. Para o homem que disse “morrer se for preciso, matar nunca”, o destino dos povos originais era se transformarem em lavradores, numa espécie de novo campesinato.

UM POVO E UMA PÁTRIA

Para além dessa espécie de “destino manifesto”, proclamado há muitos anos pelo Estado brasileiro e as classes dominantes, a supressão das terras indígenas e seus povos é também estimulada por um ideologismo que grassa no interior das Forças Armadas brasileiras, com amparo em inúmeros artigos que circulam nos famosos cursos da Escola Superior de Guerra. Trata-se do conceito que estabelece um sinal de igual entre as noções de povo e Estado. Segundo esse raciocínio, o Brasil, apesar de possuir no seu interior aproximadamente três centenas de povos com idiomas e culturas singulares deve ser considerado um país unicultural, habitado por um único povo: o brasileiro. E qualquer tentativa de reconhecimento de outros povos ou nações devem ser consideradas intentos separatistas a serviço de potências estrangeiras.

Esse pensamento bizarro leva a aberrações como, em nome da segurança nacional, as Forças Armadas não tolerarem territórios indígenas (que são terras da União) em zonas de fronteiras e concordar que propriedades particulares (que podem ser vendidas, inclusive para supostas potências inimigas) possam ocupar as áreas fronteiriças com outros países.

Essa aversão ao plural e ao diferente, esse culto ao unicismo - um povo, uma pátria - que lembra o slogan nazista “Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer” (Um Povo, Uma Pátria, Um Líder) evidentemente se choca com a aceitação da existência diferenciada dos povos indígenas e se coloca na contramão da marcha histórica do continente, bastando lembrar o exemplo da Bolívia cuja denominação oficial é hoje Estado Plurinacional Boliviano e do Equador, que na sua Constituição se declara um país plurinacional e multicultural.



SCARLETT ROCHA

A FOME DE TERRAS

Mas a “solução final” dos bolsonaristas para os povos indígenas, a PL490, não é motivada apenas por bandeiras ideológicas ou por concepções doutrinárias sobre o que deve ser o povo e o Estado brasileiro. A pressa na aprovação é a mesma que impulsiona as privatizações da Eletrobras e dos Correios. É o mesmo espírito de “fim de feira”, de fazer negócios, enquanto a situação permite, e assim liquidar um país.

As terras indígenas são o principal ativo brasileiro ainda em mãos da União. Elas compreendem 13% do território nacional, - com amplíssima cobertura florestal e riquíssimos recursos hídricos, minerais e uma biodiversidade gigante. Pertencem ao Estado e somente o usufruto vitalício é concedido aos povos originários que lá vivem. Assim, o que o PL 490, se aprovado, fará, por meio do uso do marco temporal e da abertura das reservas indígenas para o capital privado é parte do processo de privatização do país e do empobrecimento geral dos brasileiros.

Por isso, o “empreendedorismo indígena” propagandeado pelos bolsonaristas, usando argumentos como “os índios querem progredir”, e “querem ganhar dinheiro”, se

As terras indígenas são hoje o principal alvo da expansão predatória da economia brasileira. A simples expectativa da aprovação do PL 490 gerou um aumento exponencial de pedidos de lavra em áreas pertencentes aos territórios indígena

parece com as arengas a favor da uberização do trabalho e de uma suposta liberdade para escolher a maneira de trabalhar e viver. O resultado tanto num caso como no outro é o mesmo: miséria e destruição.

As terras indígenas são hoje o principal alvo da expansão predatória da economia brasileira. A simples expectativa da aprovação do PL 490 gerou um aumento exponencial de pedidos de lavra em áreas pertencentes aos territórios indígena. Como prova, temos o exemplo de 56 terras indígenas homologadas, das quais 60% dos respectivos territórios já estão requeridos para processos minerários. A cumplicidade dos órgãos federais que registram e legalizam tais absurdos estimula a agressividade de garimpeiros clandestinos, particularmente nas terras dos ianomânis em Roraima e dos mundurukus, no sudoeste paraense, epicentros da atual corrida amazônica do ouro. O ataque a tiros de uma aldeia ianomâni e o incêndio da casa de Maria Leuza, liderança munduruku, são exemplos do sentimento de impunidade dos invasores de terras indígenas, estimulados por declarações do presidente da República e seus apoiadores.

Aprovado na Comissão de Constituição e

Justiça, o PL 490 aguarda vez para ser votado pelo plenário da Câmara de Deputados.

A aprovação é dada como provável, uma vez que interessa não só a bancada de extrema direita como também ao Centrão, perpétuo guardião dos interesses dos latifundiários e grandes empresas mineradoras, todos de olho na terra dos índios. Mas o ataque que tem no PL 490, o eixo vertebral também se apoia em outras iniciativas.

ATAQUE PELOS FLANCOS

No início de agosto deste ano, na volta do recesso parlamentar, a Câmara dos Deputados aprovou por 296 votos a favor, 196 contra e uma abstenção, o Projeto de Lei 263. Conhecido como o PL da Grilagem, anistia depredadores e permite a legalização de terra grilada da União, bastando para isso a autodeclaração do ocupante. O PL dá carta branca, inclusive, para que os grileiros reiviniquem terras indígenas e quilombolas, com processo de homologação nos estágios iniciais. O PL, agora no Senado, é, na verdade, um legalizador do esbulho das terras indígenas e um incentivo para que o processo de despojo siga adiante. Para se ter uma ideia do que isso significa, basta citar o relatório do Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (IPAM), apoiado em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que aponta como entre 2016 e 2020, o cadastro de propriedades rurais, dentro de terras indígenas, aumentou em 55%, o que significa uma área quase seis vezes do tamanho do Distrito Federal. E isso sem uma lei "amiga". Imaginem o que virá em diante.

A ofensiva anti-indígena do governo federal compreende iniciativas legais que ferem de morte os direitos desses povos, consagrados na Constituição de 1988 e em outras leis voltadas para sagrar o "fato consumado" do roubo de terras e o incentivo para que sigam de forma acelerada. Além disso, possui outra frente de batalha: o desmantelamento do organismo, criado por Rondon, sob o nome de Serviço de Proteção do Índio, exatamente para proteger e defender os povos originais do Brasil: a atual Funai.

Desde o governo Temer, a Funai vem sendo vítima de um processo de esvaziamento que, sob Bolsonaro, só se acelerou. Sob o comando de um delegado da Polícia Federal e sofrendo pesados cortes orça-

A ofensiva anti-indígena do governo federal compreende iniciativas legais que ferem de morte os direitos desses povos, consagrados na Constituição de 1988 e em outras leis voltadas para sagrar o "fato consumado" do roubo de terras e o incentivo para que sigam de forma acelerada

mentários, tornou-se numa repartição burocrática omissa e inoperante. Segundo Sidnei Possuelo, um dos mais reconhecidos sertanistas do Brasil e ex-presidente da Funai, o órgão se tornou algo extinto e morto.

A RESISTÊNCIA

Apesar de aparentemente estar com a faca e o queijo na mão, Bolsonaro e seus asseclas estão às voltas com um fator que não estava no cálculo dos exterminadores do Planalto: a resistência dos índios.

Elas e eles podem ser vistos na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, enfrentando cassetetes e gás de pimenta, no bloqueio de estradas, caminhando por trilhas. A luta dos povos indígenas pelo direito de viver, desdobra-se em duas dimensões: uma pública com grandes atos e manifestações nos centros do poder, outra, quase anônima, sobre os seus territórios.

No silêncio das matas, Guardiões das Florestas enfrentam madeireiros e garimpeiros no interior do território, apreendendo toras derrubadas clandestinamente ou queimando máquinas de garimpos ilegais. É uma luta dura já que os oponentes há muito tempo foram incorporados na malha global do capitalismo. Hoje, quando se fala de garimpos em terras indígenas, fala-se não mais de pobre mineradores isolados, mas sim de empreendimentos que são capazes de colocar máquinas no meio da selva, como pás carregadeiras - as famosas PC's - cujo custo não é menor do que R\$1 milhão, cada. Da mesma forma os madeireiros que abatem madeira de lei em terra indígena são apenas a ponta de redes bem articuladas no comércio internacional. É um enfrentamento difícil e que custa caro. Recentemente, dois guardiões, um guajajara e outro munduruku foram assassinados em emboscadas no meio da mata. Apesar de tudo, a luta prossegue sem esmorecimento e se traduzem em muitas iniciativas desde a autodemarcação das terras, sem esperar pela Funai, como a ocupação de fazendas localizadas em território indígena.

PARA ALÉM DA RESISTÊNCIA

Afora essas lutas que poderiam ser chamadas de resistência, a recusa dos povos indígenas em desaparecer tem também outro componente que poderíamos chamar de autoafirmação cultural. Pelo me-



GABRIEL PAVIA

nos nos últimos trinta anos, a população indígena, que hoje está por volta de 1 milhão de habitantes, cresce ano a ano, não só nas aldeias, mas também nas cidades, onde boa parte do contingente já é composto de estudantes universitários.

Com alguma frequência começa a se noticiar a graduação, mestrado ou doutorado de algum “parente” e depois do saudoso Mário Juruna, os povos indígenas voltaram a contar com uma voz no Congresso Nacional, a deputada federal Joênia Wapixana. Igualmente significativo é o aumento de pessoas que passam a se autodeclarar “indígenas”, seja nas cidades ou na mata. De um tempo para cá,

algumas etnias que se julgavam extintas, reapareceram, como os boraris e arapiuns, na região paraense do Baixo Amazonas, ou os tupinambá em pontos da Bahia e outros estados. São quase sempre fruto da inversão do processo de “acabocamento”. Grupos de pessoas que rompem com mais de um século de medo, quando foram proibidos de falar seus idiomas e aprenderam a negar a herança indígena, agora assumem orgulhosamente a origem. Esse fenômeno se verifica também nas cidades. No ano passado, o autor deste artigo conheceu um grupo de habitantes de uma comunidade pobre de Osasco que alegremente se declarava pankararu e fazia

questão que na certidão de nascimento dos filhos constasse esse registro étnico.

Num país onde ser índio traz poucas vantagens e, pelo contrário, muitos dissabores, é de se perguntar de onde vem a força que produz essa renascença, que parece ficar mais forte, quanto mais sofre ameaças. Podemos arriscar algumas hipóteses.

O curso atual da luta anticapitalista tem favorecido a busca de identidades coletivas como forma de enfrentar o massacre e a homogeneização.

Existe também o crescente impacto do desastre ambiental e a hecatombe climática que têm favorecido a valorização de culturas que se articulam com a natureza ao invés de destruí-la. E no meio intelectual e acadêmico, teorias como da “decolonialidade” e conceitos como o Bem Viver, bebem na fonte de culturas indígenas. Aliás, vale a pena ressaltar que recentemente o xamã ianomâmi, Davi Kopenawa, teve aprovado o ingresso na Academia Brasileira de Ciências.

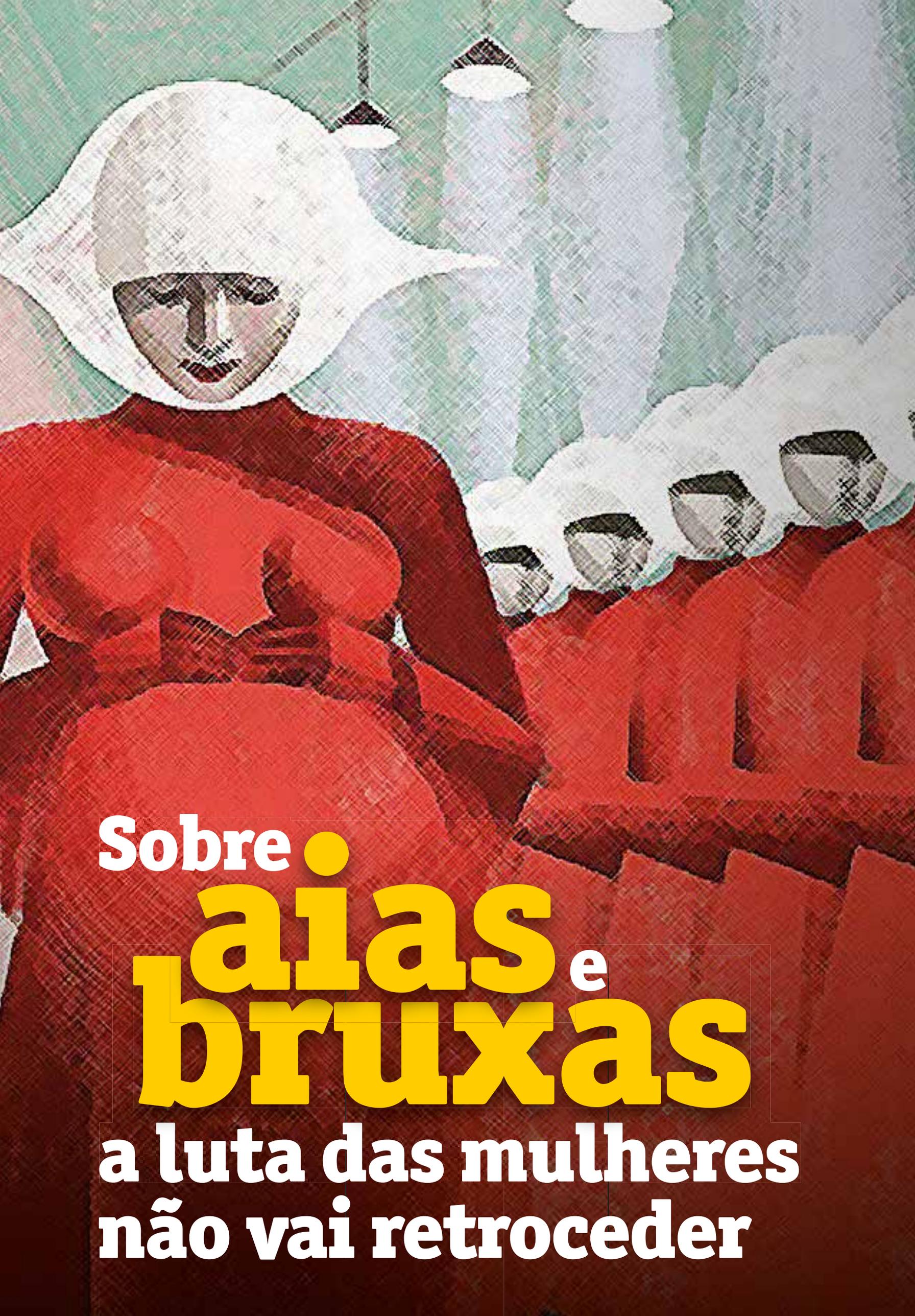
Visto tudo isso parece ter chegado a hora de os partidos de esquerda brasileiros, assumirem a questão indígena não como uma “luta de minorias” - a qual damos apoio, que pode ser forte e altissonante, mas é sempre um apoio - mas como uma das chaves centrais da Revolução Brasileira. Não se trata apenas de povos em perigo, somos nós próprios que estamos em risco.

Quando os povos indígenas preservam seus territórios das queimadas e do desmatamento não é só a si que beneficiam, mas a todos os brasileiros e a humanidade. Quando defendem as terras enfrentam o grande capital. Quando lutam por suas culturas defendem um patrimônio que é nosso e do qual também fazemos parte. Afinal, como disse o afamado antropólogo Viveiros de Castro: No Brasil, só não é índio quem não quer.



Luiz Arnaldo Campos é cineasta. Realizou a minissérie Diários da Floresta e o

longa-metragem Aikewara, a Ressurreição de um Povo. É presidente do Conselho de Curadores da Fundação Lauro Campos/Mariele Franco.



Sobre ●
**aias e
bruxas**
a luta das mulheres
não vai retroceder

No livro *O conto da aia*, de Margareth Atwood, a República de Gilead é uma ditadura misógina e brutal. A maior resistência ao novo regime vinha das mulheres. Assim, tornou-se essencial esmagá-las. Foram degradadas, humilhadas e submetidas e perderam toda a autonomia. As mulheres foram proibidas de trabalhar e até de ler. Cartões de crédito foram cancelados. As aias ficaram até mesmo sem direito a um nome próprio. A obra carrega, de forma simbólica, muito do passado e do presente das mulheres. O controle sobre o corpo e o trabalho das mulheres é uma necessidade do capitalismo

Luciana Genro

A inspiração mais direta de Margareth Atwood para escrever o livro *The Handmaid's tale – O conto da Aia* – foi a ascensão da direita cristã nos Estados Unidos durante os anos 1970 e início dos anos 80, e a Revolução Islâmica de 1979, no Irã. Mas uma história familiar também contribuiu. Desde criança, Atwood ouviu histórias de sua avó sobre Mary Webster, que talvez fosse sua parente. Webster realmente existiu, foi enforcada (e sobreviveu) em Hadley, Massachusetts. Em 1685 ela foi acusada de bruxaria, alguns anos antes dos famosos julgamentos das “Bruxas de Salem”. Estes começaram em 1692, quando foram assassinadas 20 pessoas e outras 150 foram presas por acusações de bruxaria na Massachusetts colonial.¹

Mas o que as bruxas têm em comum com a história contada por Atwood? Não há bruxas no livro, mas há muito naquela ficção que nos remete ao episódio histórico muito bem analisado por Silvia Federici no livro *Calibã e a Bruxa*². Vamos por partes.

TEOCRACIA FUNDAMENTALISTA

No livro de Atwood, a República de Gilead é uma teocracia fundamentalista surgida de um golpe que liquidou com o Estado democrático de direito norte-americano. Acidentes nucleares, epidemias e desastres naturais dizimaram boa parte da população e tornaram a maior parte das mulheres inférteis.

A história é contada por uma aia, como são chamadas as mulheres férteis que foram escravizadas e transformadas em reprodutoras de filhos dos Comandantes, os homens poderosos e ricos daquele país.

Nessa ditadura misógina e brutal, a maior resistência ao novo regime vinha das mulheres. Assim, foi preciso esmagá-las. Foram degradadas, humilhadas e submetidas. Perderam toda a autonomia. As mulheres foram proibidas de trabalhar e até de ler. Cartões de crédito foram cance-

¹ <https://ravishly.com/witch-who-inspired-handmaids-tale>, <https://time.com/4747102/margaret-atwood-time-100-handmaids-tale/>

<https://www.pri.org/stories/2017-05-13/17th-century-alleged-witch-inspired-margaret-atwoods-handmaids-tale>

² Federici, Silvia. *Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sidorax. Ed. Elefante, 2017.

lados. As aias perderam inclusive o direito a um nome próprio. Offred, nossa narradora, era June. Mas agora ela é propriedade do Comandante Fred. As mulheres devem viver como autômatas, cumprindo os papéis que lhes forem determinados de acordo com a sua classe social e com sua capacidade reprodutiva. As aias têm por obrigação procriar - são estupradas pelos Comandantes até engravidar - e entregar seus filhos e filhas para as esposas inférteis que sonham em ser mães. A história carrega, de forma simbólica, muito do passado e do presente das mulheres.

NAS ORIGENS DO CAPITALISMO, DEGRADAR PARA DOMINAR

No livro *Calibã e a Bruxa*, Sílvia Federici relata todo o processo econômico e político que se desenvolveu para que o capitalismo pudesse consolidar a dominação sobre a humanidade e o papel que desempenhou nesse contexto que ficou conhecido como “caça às bruxas”. Muito dessa história real, relatada por Federici, pode ser vislumbrada em *O conto da Aia*.

Assim, como em Gilead, o novo regime político necessita subjugar a maioria do povo. Para consolidar o capitalismo na Europa, foi preciso derrotar a resistência dos camponeses e, na América, a resistência dos nativos e dos escravos. Em ambos os contextos, as mulheres eram parte fundamental da resistência. Degradá-las, quebrar suas forças na comunidade e submetê-las aos interesses do novo modelo econômico era, portanto, um imperativo. Como na história real, na ficção de Gilead também as mulheres precisavam ser degradadas e quebradas para que o regime se imponha.

No mundo real, a caça às bruxas foi fundamental para isso. Não casualmente, essa operação de perseguição e incineração de mulheres coincidiu com revoltas urbanas e rurais, com as guerras camponesas contra o cercamento dos campos e a privatização da terra, especialmente na Inglaterra em 1549, 1607, 1628, 1631, mas também com força na França e Alemanha, muitas delas iniciadas e dirigidas por mulheres. Também na América, a ideia de bruxaria foi utilizada para quebrar a resistência dos povos originários. Muito tempo depois, em 1871 durante a Comuna de Paris, a burguesia parisiense retomou o mito da bruxaria para demonizar as mulheres *communards*, acusando-as de querer in-

Para consolidar o capitalismo na Europa, foi preciso derrotar a resistência dos camponeses e, na América, a resistência dos nativos e dos escravos. Em ambos os contextos, as mulheres eram parte fundamental da resistência. Degradá-las, quebrar suas forças na comunidade e submetê-las aos interesses do novo modelo econômico era, portanto, um imperativo. A caça às bruxas foi fundamental para isso. Demonizar e reprimir as mulheres significava intimidar e reprimir todos os insatisfeitos e os que ousavam se revoltar



cendiar Paris.

Demonizar e reprimir as mulheres significava intimidar e reprimir todos os insatisfeitos e os que ousavam se revoltar. Segundo Federici, os homens que haviam sido expropriados, empobrecidos e criminalizados culpavam as bruxas por sua desgraça e viam no poder que as mulheres tinham ganhado contra as autoridades uma ameaça que poderia se voltar contra eles. Em Gilead, antes do golpe, as mulheres eram fortes e confiantes em suas capacidades.

A QUESTÃO DA REPRODUÇÃO

Em Gilead também estava em jogo a tarefa da reprodução, pois eram poucas as mulheres férteis. Assim como na época das caças às bruxas, o corpo das mulheres não podia mais ser controlado por elas mesmas. Era preciso torná-lo território sob o domínio do Estado.

Desde a sociedade medieval, as mulheres já tentavam controlar a função reprodutiva. As chamadas “poções para a esteri-



lidade” são referências ao uso feminino de contraceptivos e também ao aborto. Até a Alta Idade Média a própria Igreja reconhecia que as mulheres tinham o direito de limitar as gestações por razões econômicas.

Segundo Federici, foi a catástrofe demográfica resultante da “peste negra”, que entre 1347 e 1352 dizimou mais de um terço da população europeia, que levou a uma mudança brutal nesse cenário. O controle das mulheres sobre a reprodução começou a ser visto como uma ameaça à estabilidade econômica e social diante da crise do trabalho provocada pela peste, ao escassear a mão de obra e aumentar o custo.

Era preciso quebrar o controle que as mulheres haviam exercido sobre seus corpos e sobre a reprodução. Isso foi feito demonizando o controle da natalidade e a sexualidade não reprodutiva, implementando penas mais severas ao aborto, à contracepção e ao infanticídio. As parteras foram marginalizadas, pois era necessária uma vigilância estrita às mulhe-

O controle das mulheres sobre a reprodução começou a ser visto como uma ameaça à estabilidade econômica e social diante da crise do trabalho provocada pela peste da Idade Média, ao escassear a mão de obra e aumentar o seu custo

res durante a gravidez e o parto. Assim, os médicos homens passaram a tomar conta dos partos, expulsando o grupo de mulheres que se reunia em torno da futura mãe e tirando das mulheres o controle sobre esse momento.

Nas palavras de Federici: “Enquanto na Idade Média as mulheres podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o processo de parto, a partir de agora os úteros se transformaram em território político, controlado pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista”. (p.163)

O ataque contra as mulheres, a demonização, a degradação e o vilipêndio econômico e moral serviram para justificar a criminalização do controle sobre a reprodução. O extermínio sempre foi uma resposta da classe dominante diante da resistência, e com as mulheres não foi diferente. A caça às bruxas exerceu esse papel decisivo na construção da nova função social das mulheres e da degra-

No Brasil temos que derrotar Bolsonaro, assim como a extrema direita onde quer que ela levante a cabeça. Isso será feito com a mais ampla unidade de ação na luta feminista e também com a construção de uma esquerda coerente, anticapitalista e antissistema. Não seremos subjugadas como mulheres de Gilead. Somos herdeiras das ditas bruxas, nossas antepassadas rebeldes, mas dessa vez não seremos nós a arder nas fogueiras. A luta das mulheres já mudou e continuará mudando o mundo!



dação de sua identidade social. Junto à apropriação masculina de seu trabalho, temos o que Federici chamou de patriarcado do salário.

TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO ESTÃO CONECTADOS

O controle sobre o corpo e o trabalho das mulheres é uma necessidade do capitalismo. Você já se deram conta de que o trabalho tomado das mulheres sem remuneração ou mal remunerado é o que mantém a sociedade funcionando?

Há um conjunto de coisas por trás do trabalho produtivo que gera o lucro e que tornam possível o sistema. Entre elas está o trabalho reprodutivo, não pago ou mal pago, executado pelas mulheres.

Trata-se do trabalho de gerar e cuidar das crianças que serão a futura força de trabalho, cuidar dos idosos que já não mais produzem lucro, garantir que a atual força de trabalho possa se alimentar, se vestir,

se divertir e até aliviar as frustrações com o trabalho alienado ou a falta dele. Educar e dar assistência a quem necessita, desde saúde até comida.

Estamos falando da socialização das crianças, da educação, de serviços de saúde e dos serviços sociais. A mão de obra nesse tipo de atividades está fortemente feminizada em dois sentidos: a maioria das trabalhadoras (assalariadas ou não assalariadas) são mulheres. Grande parte delas fazem esses serviços sem remuneração alguma, para algum familiar e as assalariadas são extremamente exploradas e mal pagas.

Recentemente, a luta das mulheres argentinas arrancou conquistas importantes nesse terreno da reprodução. Primeiro foi o direito ao aborto, legalizado em dezembro de 2020 após uma luta de muitos anos e gigantescas manifestações. Mais recentemente, em julho deste ano, um decreto possibilitou que mulheres em idade de



Defensoras do direito ao aborto celebram a aprovação de projeto de legalização da medida pelo Congresso argentino. Buenos Aires, junho de 2018

aposentadoria possam acrescentar de um a três anos de tempo de serviço por filho que tenha nascido com vida, de modo que elas atinjam o tempo mínimo exigido por lei para alcançar o direito à Previdência.

São conquistas importantes e inspiradoras para nós, mulheres brasileiras que estamos muito atrás das argentinas nessa luta. Ao mesmo tempo sabemos que a opressão das mulheres é um elemento estrutural da divisão do trabalho. É, portanto, um dos fatores diretos por meio do qual o capitalismo não apenas reforça a dominação em termos ideológicos, mas também continuamente organiza a exploração da força de trabalho e sua reprodução.

MUDANDO O MUNDO

Na ficícia Gilead as mulheres sofreram uma derrota histórica com o golpe. Grupos clandestinos conformam a resistência, lutam pelas crianças tomadas de suas mães e tramam formas de resistir.

Elas sabem que a única forma de libertação é o fim daquele sistema econômico e regime político. No mundo real a transição do feudalismo para o capitalismo também foi ancorada em uma derrota histórica das mulheres, muito bem descrita por Federici. Por isso a luta feminista é também uma luta anticapitalista.

Liberdades democráticas duramente conquistadas pelas lutas da classe trabalhadora e pelas lutas feministas nos possibilitaram avançar muito em conquistas para as mulheres. A vitória de Trump nos Estados Unidos havia colocado a possibilidade de uma nova derrota histórica para as mulheres, assim como para as LGTBs e para a negritude, o que seria uma derrota dos interesses da classe trabalhadora. Mas ela não ocorreu. Trump foi corrido da Casa Branca. No Brasil também temos que derrotar Bolsonaro, assim como a extrema direita onde quer que ela levante a cabeça. Isso será feito com a mais ampla unidade

de ação na luta feminista e também com a construção de uma esquerda coerente, anticapitalista e antissistema. A luta de classes, a luta das mulheres, assim como a luta da negritude e das LGTBs, são parte de um mesmo enfrentamento contra a exploração e todos os tipos de opressão.

Não seremos subjugadas como mulheres de Gilead. Somos herdeiras das ditas bruxas, nossas antepassadas rebeldes, mas dessa vez não seremos nós a arder nas fogueiras. A luta das mulheres já mudou e continuará mudando o mundo!



Luciana Genro, advogada, foi candidata à presidência da República em 2014.

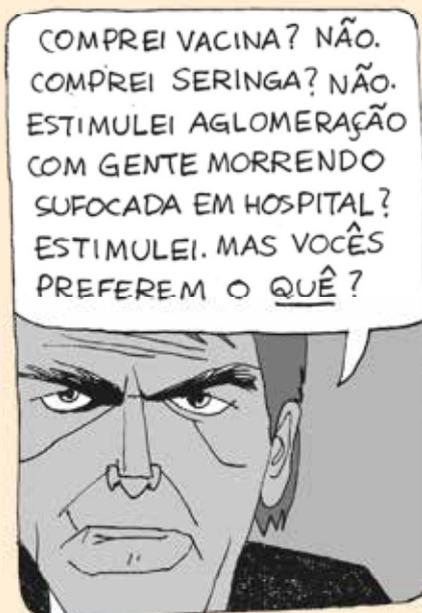
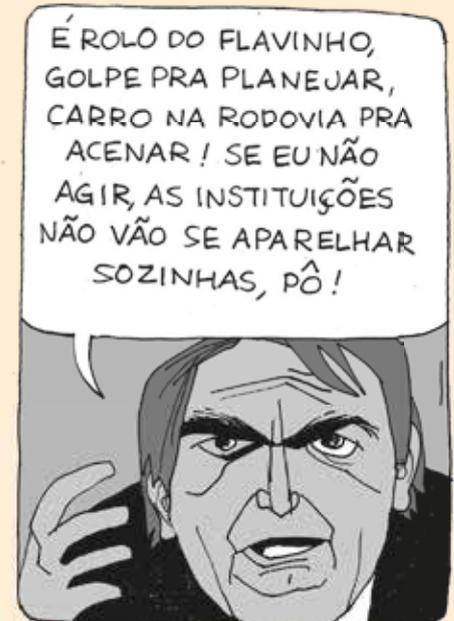
Atualmente, é deputada estadual pelo PSOL-RS.



Ricardo Coimbra, navalha sobre papel

Os biógrafos de Ricardo Coimbra debatem acaloradamente a influência da terra natal em sua obra. Ele é de Recreio, cidadezinha para lá de agradável na Zona da Mata mineira e nome de um antigo gibi da editora Abril. Formou-se em Jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora. Lançou os primeiros quadrinhos em publicações alternativas, zines e jornais de sindicato. Desde 2009, publica tirinhas de humor e quadrinhos no seu blog "Vida e obra de mim mesmo". Os roteiros de Ricardo Coimbra combinam-se à perfeição com um grafismo que parece traçado a navalhadas. Atualmente, seus trabalhos são também publicados na *Folha de S. Paulo*. (Gilberto Maringoni)

NOTA DE ESCLARECIMENTO



NOTA DE ESCLARECIMENTO

NO TOCANTE A ESSA QÜESTÃO AÍ DESSA TAL GRIPEZINHA, QUER DIZER, DESSA TERRÍVEL PANDEMIA, O GOVERNO VAI MUDAR O TOM, TALKEI?

A MÍDIA FICA DIZENDO QUE EU NÃO FAÇO NADA, QUE EU NÃO TÔ NEM AÍ, QUE EU TÔ DEIXANDO O POVO ABANDONADO! ENTÃO VAMOS TRAZER NOVIDADES!

ESTAMOS LIBERANDO UMA NOVA PARCELA DO GENOCÍDIO EMERGENCIAL! SE VOCÊ AINDA NÃO TEVE ACESSO À SUA PARCELA DO GENOCÍDIO, BASTA ENTRAR EM CONTATO COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE...

... PARA QUE POSSAMOS IMPEDIR A CHEGADA DE MÁSCARAS, VACINAS E OXIGÊNIO À SUA REGIÃO! SOMOS O PAÍS QUE MAIS EVITOU QUE PESSOAS FOSSEM VACINADAS!

INICIAREMOS TAMBÉM UMA GRANDE CAMPANHA DE VACILAÇÃO NACIONAL PARA O INCENTIVO DE AGLOMERAÇÃO, BINGO CLANDESTINO, BOTEQUIM DISFARÇADO DE PETSHOP, SURUBINHA NO SIGILO, ALÉM DO USO DE QUALQUER MEDICAMENTO QUE TENHA INEFICÁCIA COMPROVADA

BRASIL ACIMA DE TUDO, TODO MUNDO EMBAIXO DA TERRA!

HUM... ME PARECEU PLAUSÍVEL

^^^ ÔÔÔ SE PARECEU

O SOL DA MANHÃ AQUECENDO A COZINHA

O PELO DO GATO ROÇANDO NA CANELA

O CHEIRINHO DO CAFÉ NO COADOR

O SABOR DO BOLO DE FUBA' QUENTINHO

O SOM DO DISCURSO POLÍTICO DO TIO LELINHO

UMA BOA DITADURA PARA PRENDER A CRIOLADA

FUZILAR COMUNISTAS QUE AÍ JÁ LIMPA DEU

VOCÊ ACABOU DE ASSISTIR A MAIS UM EPISÓDIO DE

NAZISMO
de afeto

A EXTREMA DIREITA COM SABOR DE COZINHA DA VOVÓ!

STARTUP WARS

A GRANDE BATALHA DO EMPREENDEDORISMO

NUMA ÉPOCA EM QUE A EXTREMA DIREITA SEGUE IMPLODINDO O PAÍS, NOSSOS JOVENS BRANQUELOS RICOS DA "DIREITA MODERADA" SÓ QUEREM CONTINUAR DEBATENDO POLÍTICA SEM COBRANÇAS POR SUA ATITUDE BUNDONA E COLABORACIONISTA. PENSANDO NISSO, O MAROTO EMPREENDEDOR NÃO VACILA E TRAZ CONCEITOS DISRUPTIVOS PARA GARANTIR AOS NOSSOS BEBEZÕES UM DEBATE QUE LEVE EM CONTA O PRINCIPAL: A EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

FENG SHUI IDEOLÓGICO
DICAS DE DECORAÇÃO PARA HARMONIZAR O LAYOUT DO SEU IMÓVEL NEUTRALIZANDO AS DESAGRADABILÍSSIMAS ENERGIAS DA POLARIZAÇÃO™

AFF! VERMELHO NÃO, NÉ?

E ESSA MESINHA AÍ TEM QUE SER MAIS DE CENTRO

UMA NOVA 3ª VIA TODO DIA
PORTA-VOZES DE JORNALÃO, PICARETAS DE THINK TANKS PATRONAIS E DEMAIS LIBERAIS DE SALÃO TENTANDO EMPURRAR SEMPRE OPÇÕES ALEATÓRIAS E DESESPERADAS DE 3ª VIA. VAI QUE COLA, NÉ?

PROTEJA
XOIA
PALMINHA
TÚLIO MARAVILHA
TIRIL
TIBIO BEZÓKI

E A NOSSA OPÇÃO DE HOJE É... TÚLIO MARAVILHA

LATA DE LIXO RECICLÁVEL DA HISTÓRIA
A "DIREITA MODERADA" MOSTRA SENSO DE SUSTENTABILIDADE COM OPÇÕES POLÍTICAS RECICLADAS PARA EVITAR A POLARIZAÇÃO™

NOSSA IDEIA É BASICAMENTE UM BOLSONARISMO SEM BOLSONARO

TEOCRACIA
EUGENIA
FASCISMO

POR QUE POLITIZAR O TEMA DO ABUSO QUANDO PODEMOS USÁ-LO PARA AUMENTAR ARRECADADAÇÃO TRIBUTÁRIA? ESTA É A IDEIA DO REGISTRO DO MAI (O MICRO ABUSADOR INDIVIDUAL)

E AÍ? VAI EMITIR O BOLETO DO ABUSO DE HOJE, CRETINO?

INFELIZMENTE SÓ TENHO DIREITO A SESSENTA ABUSOS ANUAIS

CANSADOS DE TER OS SÉCULOS DE EXPLORAÇÃO JOGADOS EM SUAS FACES ROSADAS A TODO MOMENTO, NOSSOS JANOTINHAS VIBRAM COM A CRIAÇÃO DO CROWDFUNDING DE REPARAÇÃO HISTÓRICA.

META ALCANÇADA! SENHORES, A DÍVIDA ESTÁ QUITADA!

SÓ POBRE CONTRIBUIU

PAGAR A DÍVIDA COM DINHEIRO DO PRÓPRIO CREDOR! É UM GÊNIO, AFONSIÑO!

MUDANÇA DE TOM

GENOCÍDIO PARA PIANO Nº 2 EM SI BEMOL MAIOR, OPUS 2021

ALA TÉCNICA

A IDEIA É O CONTRIBUINTE AJUDAR O GOVERNO A FECHAR AS CONTAS E MORRER O MAIS CEDO POSSÍVEL

É O QUE NÓS, CHICAGO BOYS, CHAMAMOS DE SUGAR DEAD